

The image features the flag of Mato Grosso do Sul, Brazil, waving against a clear blue sky. The flag is primarily blue with a yellow five-pointed star in the upper right corner. On the left side, there are vertical stripes of green, white, and blue. The text is overlaid on the bottom portion of the image.

PROPOSTAS PARA MATO GROSSO DO SUL **MUDAR AINDA MAIS**

DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO
Nelsinho - Governador / **Janete** Morais - Vice





DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO

Nelsinho - Governador

Janete Moraes - Vice

Coligação **MS Cada Vez Melhor**

PMDB - PSB - PTdoB - PEN - PSC - PHS - PRTB - PRB - PTN



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	11
MATO GROSSO DO SUL HOJE	17
NOVOS DESAFIOS, MAIS MUDANÇAS	25
AS DIRETRIZES DE GOVERNO	27
1. Governo Democrático, Participativo, Presente e Moderno	27
2. Modernização da Gestão Pública Estadual	29
3. Um Estado de Sustentabilidade Ambiental.....	31
4. Ser o Estado mais competitivo do Brasil	31
5. Garantir tranquilidade, bem estar e vida saudável e próspera para todos	33
PROPOSTAS	35
Educação	37
Saúde	41
Políticas de Assistência Social, Benefícios sociais e Transferência de Renda.....	45
Trabalho, Emprego e Renda.....	49
Segurança Pública.....	53
Justiça e Cidadania.....	59
Cultura	67
Esporte e Lazer	71
Desenvolvimento Econômico	75
Meio Ambiente	85
Habitação	89
Cidades.....	91
Infraestrutura, Logística e obras Públicas Estratégicas	93
Modernização da Gestão Pública Estadual	97
Ciência, Tecnologia e Inovação	103



INTRODUÇÃO

Ao longo de 2013 e 2014, Nelsinho Trad percorreu o Estado de Mato Grosso do Sul com companheiros do PMDB, reunindo lideranças, amigos e conhecidos em muitas cidades. Como fez na Prefeitura de Campo Grande, antes de planejar, foi sentir as reais expectativas da comunidade, tomando conhecimento no dia a dia dos municípios daquelas questões estratégicas e decisivas para cada localidade sul-mato-grossense. Junto com Simone Tebet, Nelsinho encontrou pessoas e lideranças que passaram a ele suas experiências e histórias, discutiu com entidades e instituições os mais variados assuntos e problemas, dificuldades e possibilidades.

Participou ativamente dos grandes Encontros Regionais organizados pelo Partido, em Bodoquena, Ivinhema, Rio Brilhante, Dourados, Três lagoas, Coxim e Campo Grande, nos quais as lideranças, filiados e convidados puderam apresentar suas visões sobre os desafios a serem superados pelas futuras ações de governo.

Ao mesmo tempo, sua equipe se debruçou sobre os projetos estratégicos e setoriais em elaboração e em desenvolvimento no âmbito do governo estadual, conferências estaduais, planos e programas, analisando os estudos, as pesquisas, as conclusões e as maneiras como esses foram discutidos com a comunidade. Formou-se assim, um conhecimento muito abrangente sobre a realidade atual sul-mato-grossense.

Em junho, foi criado o projeto “DIZ AÍ, MS”, programado para conectar a população aos pré-candidatos, funcionando como canal aberto e permanente de sugestões, avaliações e críticas construtivas da população, sempre visando a aproximação do discurso e dos compromissos às reais necessidades das pessoas.

Em junho de 2014, de posse de todas essas informações e do resultado de uma ampla pesquisa realizada na maior parte dos municípios pelo Programa “Diz Aí, MS” foi realizado o Seminário “Fazendo Juntos o Mato Grosso do Sul que Queremos”, onde as propostas foram transformadas em diretrizes básicas de trabalho, apresentadas e discutidas com todos os diferentes segmentos sociais. Também foram recebidas e anexadas novas propostas para serem incluídas no programa de governo que será finalizado em meados de agosto, quando iniciar a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.







APRESENTAÇÃO

A vida é a arte do encontro. Embora haja tanto desencontro pela vida. Essa frase, do poeta Vinicius de Moraes, resume com perfeição o que estamos vivendo hoje aqui no Mato Grosso do Sul. Um grande encontro da nossa gente com o desenvolvimento econômico, social e ambiental, por muitos anos prometido e sonhado, mas só agora conquistado pelas mãos da administração do PMDB.

Apesar das diferenças que caracterizam cada um de nós, são as nossas afinidades que nos unem e nos fortalecem. Foram elas que nos trouxeram até aqui. Elas formam o cimento da grande obra que vamos prosseguir construindo juntos. Estamos todos unidos, partidos e população, não em torno de um projeto de poder, mas em torno de um projeto seguro, solidário, positivo que nos garanta a inserção no futuro sem os traumas do retrocesso, sem os riscos das aventuras eleitoreiras que estréiam frustrando os sonhos de todos.

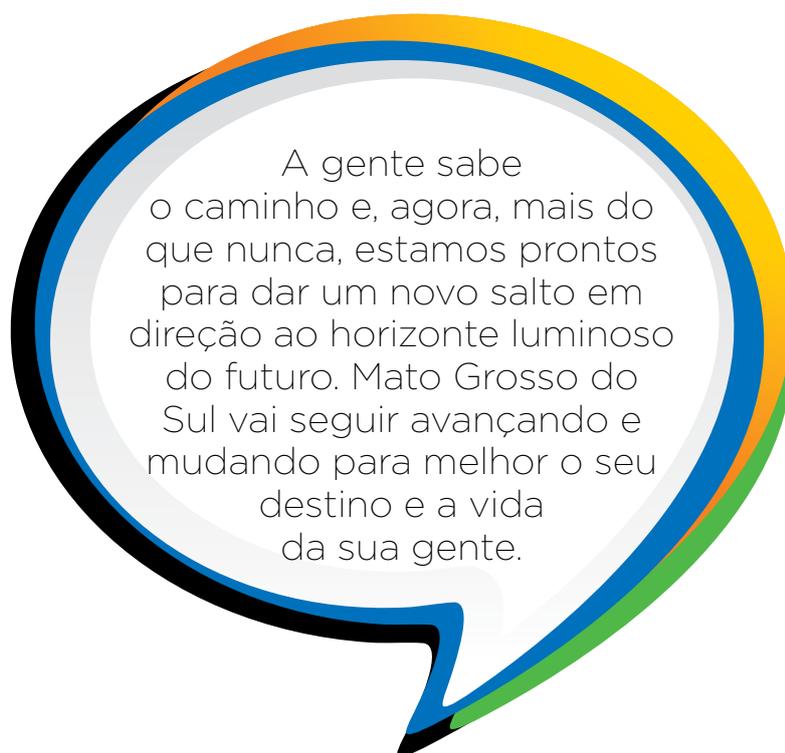
Vivemos um momento que exige a reafirmação de antigos princípios. O momento atual exige de nós, mulheres e homens públicos, mais transparência, mais diálogo e mais comprometimento com os valores e as aspirações das pessoas que representamos do que em qualquer outro tempo. Mas, nada disso nos é estranho. Essas causas e valores são parte da vida de todos nós. Estamos prontos para mostrar que falar a verdade, por mais difícil que seja, é sempre melhor do que a empulhação da má política. A defender o certo em vez de buscar o atalho do duvidoso. A buscar avanços que se sustentam no longo prazo em vez de criar ilusões que viram fumaça com tempo.

Aqui no Mato Grosso do Sul, nós estamos construindo o futuro todos os dias. Há sete anos, o nosso partido, o PMDB, recebeu um estado quebrado. Mato Grosso do Sul só estava em pé, de cabeça erguida, graças à força e a coragem de homens e mulheres de bem, que amam essa terra, e que por isso mesmo nunca se conformaram com o caminho tortuoso que nos foi imposto. Graças ao trabalho do governador André Puccinelli e ao apoio do povo sul-mato-grossense, o tempo do “não tem jeito” ficou para trás. Construimos e reformamos estradas, escolas, pontes, hospitais... Vieram os investimentos, as empresas, os empregos e a esperança de que o amanhã pode ser sempre melhor do que o ontem. Conseguimos transformar a humilhação em orgulho. Essa vitória, que é de todos os sul-mato-grossenses, mostrou que existe um caminho certo para construir o futuro que sonhamos.

Há, naturalmente, muito chão pela frente. E é por isso que nós estamos aqui juntos, iniciando mais uma caminhada rumo ao Governo do Estado. Hoje, somos diferentes do que éramos há quatro ou oito anos atrás. Estamos mais fortes, mais preparados.



Aprendemos a lidar com as dificuldades, a administrar a escassez. Entregaram no vermelho, deixamos no azul. As estradas estavam esburacadas, a gente pavimentou o caminho. Transmitiram uma educação em frangalhos, mas a gente arrumou a casa e resgatou a esperança no amanhã. Demos passos importantes. A gente sabe o caminho e, agora, mais do que nunca, estamos prontos para dar um novo salto em direção ao horizonte luminoso do futuro. Mato Grosso do Sul vai seguir avançando e mudando para melhor o seu destino e a vida da sua gente.





PASTORA JANETE MORAIS

A pastora e empresária Janete Moraes tem 64 anos, nasceu em Dourados, onde se casou e criou seus três filhos. É pecuarista, professora, administradora de empresas e radialista. Foi diretora da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e atualmente é presidente da instituição de Caridade Veredas da Fé, que atende famílias carentes.

Filha de Antônio Moraes dos Santos (in memoriam) e Delurce Souza Moraes, pastora Janete Moraes é de família tradicional em Mato Grosso do Sul. O pai, empreendedor, veio de Minas Gerais na década 40 e se fixou em Dourados, onde se tornou empresário de sucesso, foi prefeito e deputado estadual representando o município.

Sempre ligados à assistência social e à promoção da saúde, Janete e a família colaboraram com a construção de hospitais, aquisição de ambulâncias, além de ajudar inúmeras entidades filantrópicas. A última ação foi a construção da Unidade Regional do Hospital do Câncer de Barretos, em Campo Grande.



NELSON TRAD FILHO

Tem 53 anos, três filhos e um neto. É formado em medicina com especialização em cirurgia geral, urologia, medicina do trabalho e saúde pública. Três vezes vereador em Campo Grande. Foi deputado estadual e duas vezes prefeito eleito no primeiro turno da Capital de Mato Grosso do Sul.

Histórico - Como médico, ocupou diversos cargos em sindicatos e associações da categoria, foi diretor do Previsul e professor do curso de Medicina da Uniderp. Na vida política, foi eleito três vezes vereador (1992, 1996, 2000). Criou a Lei do 1º Emprego, concedeu isenção no pagamento do transporte urbano para desempregados, criou o conselho Municipal de Medicina no Trabalho, tornou obrigatória a vacinação antigripal pelo SUS para idosos e criou a lei que obriga hospitais a cederem espaço para que as mães acompanhem os filhos internados. Presidente da Câmara, promoveu a contenção de despesas, devolvendo dinheiro à Prefeitura, enxugou o quadro de servidores, acabou com a verba de gabinete, com o voto secreto e informatizou a Câmara Municipal melhorando o atendimento ao cidadão. Em 2002, foi eleito deputado estadual com 36 mil votos, atuando em prol da melhoria da saúde em todos os municípios com diversas ações e leis. Em 2004, se candidatou a prefeito de Campo Grande, sendo eleito com 55,70% dos votos. Foi reeleito no 1º turno, em 2008, com 71,20% dos votos. Durante os oito anos, realizou mais de 1.044 obras, melhorando o atendimento à população na área social, construindo escolas, unidades básica de saúde, unidades de pronto atendimento, Ceinfs, CRAS, além de modernizar toda a infraestrutura urbana do município que ganhou modernas avenidas, praças e parques, preparando para o desafio da mobilidade urbana.



MATO GROSSO DO SUL HOJE

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 e instalado em 1979.

É o sexto estado brasileiro em extensão territorial, com 357.145, 32 km², correspondente a 4,19% do território do Brasil. Está situada entre os os rios Paraguai e Paraná, que conformam as grandes bacias hidrográficas que configuram seu território. Abriga em seu território cerca de 2/3 do Pantanal Mato-grossense, com 89.318 km², considerado a maior área inundável interior do planeta, lugar de uma das maiores biodiversidades do Continente.

Segundo o IBGE, em 2013 sua população era de 2.587.267 habitantes, correspondendo à 21ª população do País. Essa população está distribuída em 79 municípios, com grande concentração demográfica nas maiores cidades: apenas um município, a Capital, Campo Grande, tem mais de 800 mil habitantes, Dourados, a segunda maior cidade do Estado, tem mais de 200 mil habitantes e duas – Três Lagoas e Corumbá têm mais de 100 mil habitantes. Somente um município, Ponta Porã, tem mais de 80 mil habitantes e outros seis – Naviraí, Nova Andradina, Sidrolândia, Aquidauana e Maracaju têm mais de 40 mil habitantes. Dezoito municípios têm mais de 20 mil habitantes e 50 municípios têm menos de 20 mil habitantes e metade destes têm menos de 20 mil habitantes.

Possui o 4º maior rebanho bovino, o 5º maior rebanho equino, o 8º maior rebanho ovino e o 10º maior rebanho suíno do País. É o 3º maior produtor de casulos do bicho-da-seda, o 4º maior produtor de lã e o 10º produtor de mel de abelha do Brasil.

Na agricultura, é o 4º maior produtor de algodão herbáceo, o 5º maior produtor de milho, soja e cana de açúcar e o 10º maior produtor de cana de açúcar.

Foi iniciada, em 2009, a produção de papel e celulose, na região de Três Lagoas, considerado como o maior polo produtor desses produtos do País. Duas unidades produtoras de celulose têm capacidade para 2,8 milhões de toneladas/ano. O Estado conta com 720 mil hectares de plantações de eucalipto para abastecer essa cadeia produtiva. O plantio está em expansão, impulsionado pelo aumento da demanda, pela qualidade do solo e pelas facilidades estabelecidas pelo atual governo.

Entre 2002 e 2012, o setor sucroalcooleiro teve um grande crescimento, passando de cerca de 375 mil metros cúbicos de álcool e de 392 mil toneladas de açúcar para 1,91 milhões de metros cúbicos de álcool e 1,741 milhões de toneladas de açúcar.



A economia de Mato Grosso do Sul vem crescendo a uma taxa média de 4,09% ao ano, considerando aqui o período de 1996 a 2011. Já nos últimos cinco anos a média de crescimento da economia estadual de 5,72% ao ano, entre 2007 e 2011, onde o setor secundário obteve o melhor desempenho com crescimento médio de 8,47% ao ano, seguido do setor terciário com uma taxa média anual de 4,91%. Deve-se destacar neste cenário a taxa de crescimento do PIB do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2010, de 11,01%. E que o PIB per capita passou de R\$ 9.561,12 no ano de 2005 para R\$ 19.875,45 no ano de 2011, em valores nominais.

A atual administração pavimentou 2 mil quilômetros e rodovias e está recapeando mais 1.600 quilômetros, integrando todos os 79 municípios por via asfaltada. Regiões como o nordeste do Estado foram integradas pela pavimentação da BR-359 e pelas vias “alimentadoras” que unem Camapuã a Figueirão e Alcinópolis. Bonito ligou-se a Bodoquena através da pavimentação da MS 178, completando o circuito turístico entre o Pantanal e a Serra da Bodoquena. Campo Grande se ligará a São Paulo pela MS 040, em fase de pavimentação até Santa Rita do Pardo.

O sistema hidroviário Paraguai-Paraná é um dos mais extensos e importantes eixos de integração política, social e econômica. Corta metade da América do Sul, vai desde a cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, até Nova Palmira, no Uruguai. São 3442 km, sendo 2.202 km até a divisa com o Paraguai e Argentina, e servem a cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. A extensão no Mato Grosso do Sul é de 787 km. Possui 7 portos no Rio Paraguai e tem extensão navegável de 1020 km com vários pontos de entroncamentos intermodais.

A histórica ferrovia Noroeste do Brasil, vetor de expansão da economia estadual a partir dos anos 1900, está bastante danificada, mas opera de forma precária no trecho entre Corumbá, Campo Grande, Três Lagoas e São Paulo. Um trecho da Ferronorte corta a região leste de Mato Grosso do Sul. Há mais de sete anos dois novos trechos ferroviários estão planejados, porém, nenhum deles saiu do papel até agora: a ligação Maracaju/Cascavel, passado pelo Dourados, e a Ferrovia entre Panorama (SP) e Dourados, ramal da Ferrovia Norte-Sul.

Está em curso uma forte ampliação da malha de transmissão no Estado para possibilitar o melhor atendimento às cargas e escoamento da geração. A expansão do sistema de transmissão é constituída principalmente por implantação do sistema de linhas de transmissão e subestações em tensão de 230 kV. A primeira etapa de interligação entre Ilha Solteira, Cassilândia, Campo Grande, Sidrolândia e Anastácio está concluída. A interligação entre Anastácio e Corumbá está em fase final de execução. O Estado contava em 2011



com a malha do sistema de distribuição até o nível de tensão em 138 kV, com 5.850,7 km de linhas de transmissão e 93 subestações da ENERSUL, entre elas duas subestações móveis, para atendimento ao mercado das localidades.

Em 2010 e 2012, o Estado de Mato Grosso do Sul foi o que mais investiu em educação no Brasil (35,48%), segundo dados do FNDE/MEC. Esse investimento se reflete na qualidade do ensino e na valorização dos profissionais da área. Em 2013 o Poder Executivo Estadual abriu concurso público para a contratação de 1.200 professores, que inclusive, já estão nomeados e trabalhando; cumpriu o último ponto do pacto pela valorização da Educação Pública de Mato Grosso do Sul; unificou a carreira de administrativos e professores; acelerou a promoção funcional e regulamentou a implantação do 1/3 de hora-atividade, que representa uma conquista dos profissionais do magistério da rede de educação pública estadual.

Com o objetivo de fortalecer as ações de incentivo à educação, de estimular o aluno a permanecer na sala de aula e de garantir um futuro profissional com maior qualidade, o Governo do Estado entrega anualmente 300 mil kits de material escolar e 600 mil uniformes, atendendo a aproximadamente 270 mil alunos das 362 escolas estaduais.

Além do aumento do repasse para os municípios sem cerca de 450%, a saúde de Mato Grosso do Sul ganhou quatro novas unidades hospitalares concluídas e equipadas em Fátima do Sul, Nova Andradina, Chapadão do Sul e Coxim. Agora, estão sendo iniciados os hospitais regionais de Três Lagoas e Dourados. O Governo do Estado apóia a construção do Hospital do Câncer de Campo Grande e a obra do Hospital do Servidor Público estadual.

Mato Grosso do Sul constrói o maior programa habitacional de sua história, totalizando mais de 62,5 mil moradias asseguradas, entre casas térreas e apartamentos, erguidos nas cidades e na zona rural – aldeias indígenas, assentamentos e comunidades quilombolas. O Estado foi o único da região Centro-Oeste que conseguiu reduzir o déficit habitacional.

A assistência social se caracteriza por uma intensa parceria entre o Estado e os municípios. Os repasses através do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e Fundo de Investimento Social (FIS) aumentaram 232%. Cerca de 100 mil famílias participam dos programas sociais Vale Renda, Vale Universidade e Vale Universidade Indígena, Cesta Alimentar Indígena e ações cofinanciadas pela parceria com as Prefeituras.



A atual administração reforçou a segurança pública com a contratação de 2.650 novos policiais e está realizando concurso para selecionar mais 1.271 homens e mulheres que atuarão na área. Esse efetivo (3.921 policiais), mais investimentos em 1.547 viaturas, armamentos e estrutura física modernizam as atividades de segurança e aumentam a proteção da população.

Como consequência dos investimentos, Mato Grosso do Sul é considerado pelo Mapa da Violência o terceiro Estado mais seguro da Federação. Na Capital os números absolutos apontam Campo Grande como a segunda Capital mais segura com a segunda colocação nos índices de casos solucionados. São indicadores que permitem à população se sentir mais segura, embora o Governo do Estado continue a investir mais, oferecendo pronta resposta ao seu compromisso de prover a segurança das pessoas.

Os números mostram que o Mato Grosso do Sul é um Estado preparado para continuar crescendo e avançando cada vez mais. Tem as contas públicas organizadas e equilibradas, que possibilitam que projetos de infraestruturação de curto, médio e longo prazos pudessem ser concebidos e executados. Iniciou um vigoroso processo de diversificação de sua matriz produtiva, com largos investimentos e incentivos na industrialização do Estado, gerando milhares de empregos qualificados. Tudo isso acompanhado de permanentes ações de assistência social, investimentos maciços em saúde, educação e segurança e políticas afirmativas, além de projetos culturais e esportivos.

Foi um trabalho que mobilizou a sociedade sul-mato-grossense como um todo e que, com todo o êxito conseguido, promoveu grandes mudanças no Estado de Mato Grosso do Sul, com novas formas de cuidar da coisa pública, de implementar as políticas de Estado, e de atendimento do cidadão sul-mato-grossense e que faz constatar que ainda há muitos desafios pela frente. E muito trabalho a fazer.

É hora de superar os novos desafios e fazer todas as mudanças necessárias para isso.



NOVOS DESAFIOS, MAIS MUDANÇAS

O Estado de Mato Grosso do Sul está em pleno processo de desenvolvimento e uma etapa desse processo se encerra nesse ano de 2014. Como fazer com que todas as conquistas não se percam, não se paralitem iniciativas que já foram iniciadas? Como mudar sem que os serviços públicos sejam prejudicados? Como continuar as mudanças que já se iniciaram?

A resposta é: manter, corrigir e melhorar para evoluir ainda mais.

Em nosso Estado, para que isso seja possível, nessas eleições, duas qualidades precisamos buscar: sensibilidade social e competência comprovada.

A primeira qualidade, a sensibilidade social, é necessária para que o desenvolvimento que está se realizando no Estado seja efetivamente distribuído a toda sociedade, de forma equânime, e que os segmentos mais vulneráveis e necessitados de cuidados sejam tratados de forma prioritária e sincera. Sem uma clara prioridade de políticas públicas claras, objetivas e capazes de resultados concretos, a ação social se torna paternalista, clientelista e criadora de dependência. O desenvolvimento sul-mato-grossense passa, necessariamente pela proteção de suas famílias, mas deve ter como objetivo o fortalecimento de sua capacidade de trabalho, a formação educacional e profissional de seus filhos e, principalmente sua qualificação para busca de sua autonomia e independência

Essas necessidades essenciais em uma ação de governo serão amplificadas com a presença da pastora Janete de Moraes na candidatura a vice-governadora, mulher dedicada e com larga experiência em ações sociais e humanitárias.

A segunda qualidade, a competência comprovada, é necessária para que o desenvolvimento que está se realizando no Estado seja efetivamente construída de forma permanente, sejam consolidadas e os grandes projetos sejam continuados.

Essa necessidade será totalmente contemplada através da eleição do médico Nelsinho Trad, que foi vereador em Campo Grande, deputado estadual e prefeito por oito anos da maior cidade de Mato Grosso do Sul. Nesse período, Nelsinho construiu 1.044 obras físicas, implantou dezenas de projetos sociais e saiu da Prefeitura com seu trabalho reconhecido nacionalmente através de diversos prêmios ganhos pela sua administração.



AS DIRETRIZES DE GOVERNO

1. GOVERNO DEMOCRÁTICO, PARTICIPATIVO, PRESENTE E MODERNO

No quesito participação, Campo Grande é uma referência. O CMDU, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização foi criado no início da década de 80, antes, portanto, que a Constituição Federal de 1988, estabelecesse as normas para uma gestão democrática das cidade e em seu Plano Diretor, a área urbana do município foi dividida em Regiões que têm seu desenvolvimento e planejamento discutidos em cada um de seus Conselhos Regionais. E isso tem sido feito de forma permanente e continuada desde então. A esse trabalho de longo prazo, de visão estratégica, se atribui muito do sucesso de Campo Grande como referência em planejamento e desenvolvimento sustentável.

Nelsinho Trad, quando Prefeito Municipal, deu continuidade a esse processo democrático, reforçando o apoio administrativo ao funcionamento de todos os conselhos municipais, construiu a Central de Atendimento ao Cidadão e implantou o projeto Comunidade Viva.

Campo Grande, que já tinha a prática da participação popular, instituiu no seu ordenamento administrativo o Orçamento Comunitário Regionalizado, composto pelas reivindicações vindas dos Conselhos Regionais, todos eleitos pela comunidade.

Toda essa experiência exitosa agora vai ser levada ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Tendo como fundamento o Plano de Desenvolvimento Regional, o Governo Estadual vai atuar nas nove Regiões de Planejamento (Região de Campo Grande, Região da Grande Dourados, Região do Bolsão, Região do Cone Sul, Região do Pantanal, Região Leste, Região Norte, Região Sudoeste e Região Sul-Fronteira) buscando a sustentabilidade ambiental, a redução das desigualdades sociais nas regiões, a geração de emprego qualificado, o fortalecimento da identidade cultural do MS e de suas regiões e localidades, a agregação de valor dos produtos primários, o fortalecimento dos governos locais e a participação das comunidades nas políticas públicas.

Para tanto, serão instalados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, e serão fortalecidos os conselho setoriais já em atividade, tais como o Conselho Estadual das Cidades, O Conselho Estadual de Controle Ambiental, que já se consagraram como meios formais e produtivos de participação da sociedade na implementação das políticas públicas em nosso Estado.



E, apoiados em Escritórios Regionais de Planejamento e Desenvolvimento e nas repartições regionais existentes de cada secretaria estadual e em parceria com os governos locais o Governador e os Secretários Estaduais implantarão o Governo Estadual Itinerante, despachando periodicamente em cada uma das Regiões do Estado, visando conhecer de perto os problemas locais e discutir as propostas de soluções mais rápidas e práticas diretamente com as comunidades locais.

2. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

É quase uma unanimidade que o atual modelo da administração pública brasileira, de modo geral, está esgotado. Em qualquer esfera de governo, quando se avalia o desempenho de servidores, a eficácia de setores e repartições, a capacidade gerencial e o próprio padrão de tomada de decisões, o resultado pode ser melhorado. Com exceções honrosas, acontecidas circunstancialmente, ou “ilhas” de excelência implantadas, na maioria das vezes, em projetos específicos, a despeito do esforço técnico e administrativo de agentes políticos, da dedicação e envolvimento das equipes de trabalho, e por causa de espaços de trabalho nem sempre adequados e de normas e procedimentos que foram definidos em outros tempos, constata-se que se instala o desestímulo, a acomodação, a falta de compromisso com o resultado, com sérias consequências dessa ineficiência para o trabalhador, para o doente, para o aluno, para o passageiro do coletivo, para as famílias, para o empresário, enfim, para o conjunto de toda a sociedade. É um prejuízo incalculável.

No Mato Grosso do Sul, esse modelo está sendo enterrado. Muito já se fez. A gestão ambiental do Estado está sendo totalmente reformulada. Paulatinamente os planos de cargos, carreiras e salários estão sendo criados e implantados. Remuneração por produtividade está sendo implementada em diversos órgãos públicos. A Escola de Governo promove, em conjunto com os organismos estaduais, constante capacitação dos servidores. Em muitas categorias funcionais, a recuperação salarial está sendo conquistada. O Programa de Eficiência Energética está em desenvolvimento, possibilitando economia no consumo de energia elétrica e elevação do nível do conforto ambiental em muitos espaços de trabalho.

Muito há a se fazer. As mudanças e melhorias já viabilizadas possibilitam que se dê um grande salto de qualidade. É tempo de mudança no próprio conceito da gestão pública. Iniciativas exitosas começam a se multiplicar em vários lugares, em setores do próprio Governo Estadual e em empresas públicas estaduais e municipais.



A diretriz é a implantação de um modelo inovador de gestão orientado por competências e para resultados, monitorando, avaliando e comunicando os benefícios relevantes à sociedade, com vistas à efetivação das ações do Poder Executivo Estadual.

Serão abertos canais diretos de participação da sociedade nas ações de governo, principalmente através de Ouvidorias e de processos de avaliação de desempenho e resultados, com a participação dos usuários dos serviços.

3. UM ESTADO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

É inevitável que o Mato Grosso do Sul se torne o Estado da Sustentabilidade Ambiental. A abundância de recursos hídricos, explicitada pela sua situação, entre os Rios Paraguai e Paraná e sobre o Aquífero Guarani o transforma no segundo Estado Brasileiro possuidor da maior disponibilidade hídrica do País. Ser possuidor de 2/3 do Pantanal e pertencer ao Bioma Cerrado o qualifica como um território de grande biodiversidade.

A sustentabilidade ambiental, porém, não é espontânea nem acontece com naturalidade. Grandes esforços deverão ser investidos pelos sul-matogrossenses para que esse destino se realize. Grandes investimentos foram recentemente feitos para que a gestão ambiental no Estado fosse modernizada, estruturada, capacitada e fortalecida, com a implantação do Sistema integrado de Gestão Ambiental – SIGA/MS, dando todas as condições para um trabalho de referência na gestão ambiental.

A próxima etapa será dirigida ao adequado funcionamento desse sistema modernizado, para que a dimensão ambiental faça parte diretamente em todos os projetos estratégicos e setoriais das outras políticas públicas do Mato Grosso do Sul. Vamos trabalhar para que o Estado de Mato Grosso do Sul seja a referência de excelência nas ações de realização do Desenvolvimento Sustentável

4. SER O ESTADO MAIS COMPETITIVO DO BRASIL

Em 2006, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), em cooperação com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) elaborou e aplicou o Índice de Competitividade Estadual – Fatores (ICE-F). Este índice foi desenvolvido com base em quatro eixos: condição dos fatores produtivos, condições de demanda, indústrias correlatas e de apoio e estratégia, estrutura e rivalidade das firmas. Segundo o índice, Estados que apresentem os melhores atributos nesses quatro eixos teriam, potencialmente, um me-

Associação Soluções
Qualidade

Garantia



Garantia aplicada no perfil da moldura
falhas no vedação



lhor nível de competitividade e, por conseguinte, um melhor nível de padrão de vida para seus cidadãos. O ICE-F utiliza como base de sua elaboração: qualificação e força de trabalho, conhecimento e inovação e infraestrutura. O Estado de Mato Grosso do Sul, alcançou o 8º lugar no ranking resultante do levantamento.

Já em 2011, a revista Veja, juntamente com o Centro de Liderança Pública e em parceria com o grupo inglês The Economist realizou levantamento sobre a capacidade dos estados brasileiros em atrair investimentos estrangeiros e nacionais resultando no Ranking de Competitividade dos Estados. O levantamento foi repetido em 2012. Leva em consideração indicadores que medem atributos específicos do ambiente operacional de negócios em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Avalia, entre outros temas: ambiente político, ambiente econômico, regime tributário e regulatório, política voltada ao investimento estrangeiro, recursos humanos, infraestrutura, inovação e sustentabilidade ambiental. O Estado de Mato Grosso do Sul aparece em 9º lugar em 2011 e em 11º lugar em 2012. Avaliado em dois momentos diferentes e segundo metodologias e enfoques diferentes, o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta um nível de competitividade que o coloca entre os 10 mais competitivos do País.

Incluir o Estado de Mato Grosso do Sul entre os cinco estados mais competitivos do Brasil ou, como uma meta geral, torná-lo o mais competitivo do País, é totalmente possível e plausível. Competir por investimentos e oportunidades é competir com todos os outros Estados para que nossa população tenha as melhores condições de vida do Brasil.

5. GARANTIR TRANQUILIDADE, BEM ESTAR E VIDA SAUDÁVEL E PRÓSPERA PARA TODOS

Integrar as políticas nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação, trabalho e segurança pública é a certeza de oferecer programas mais eficientes e capazes de elevar os indicadores de qualidade de vida do conjunto da população, abrangendo todos os segmentos, tanto urbanos como rurais. Embora em Secretarias diferentes, essas ações que atendem diretamente as pessoas devem acontecer de forma consensual, uma vez que vários programas são multidisciplinares, como é o caso do enfrentamento das drogas ilícitas em que a prevenção, o combate e a reabilitação dos dependentes químicos envolvem praticamente todas as áreas.

Aproximar cada vez mais estas ações, criando conselhos para gerir as políticas públicas integradas vai levar Mato Grosso do Sul a um novo nível no cuidado e proteção às pessoas, agilizando o resgate e o aumento da autoestima dos cidadãos em situação de vulnerabilidade.





PROPOSTAS

Em conformidade com as diretrizes apontadas, são apresentadas, a seguir, as principais propostas de projetos, ações e obras que são compromisso de governo de Nelsinho Trad e Janete Moraes.

Importante ressaltar que essas prioridades não são definitivas, porque o diálogo com a sociedade continua diretamente pelos candidatos e através da coleta de dados e informações via redes sociais e por intermédio do Programa “DIZ AÍ, MS”, pela internet.





EDUCAÇÃO

A Educação Nacional é pautada nos princípios, diretrizes e metas estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 Lei Federal nº 9.394/96, bem como nos ditames do Plano Nacional da Educação.

Com a recente aprovação do novo Plano Nacional da Educação com vigência de 2014 a 2024, os Estados e Municípios terão o prazo de um ano para concluir ou rever seus Planos de Educação.

Hoje, apenas dez dos Estados brasileiros têm seus próprios planos e MS faz parte desse contingente, portanto cabendo-lhe a tarefa de proceder a revisão do Plano Estadual vigente desde 2003 - LEI Nº 2.791, de 30 de dezembro de 2003. A construção desses documentos, que servem para definir estratégias educacionais e uso de recursos durante uma década. A ideia ao fixar prazo mais largo é pensar metas e medidas para período superior a um mandato, que não fiquem reféns das trocas de gestão.

SÃO DIRETRIZES DO PNE: a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; a valorização dos profissionais da educação; a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Todas essas diretrizes deverão ser incorporadas em um novo Plano Estadual de Educação que iremos construir, bem como servirão de base para a reformulação do Sistema Estadual de Ensino, vigente desde 2003, criando pela Lei Estadual Nº 2.787, de 24 de dezembro de 2003.

Dada a responsabilidade estabelecida pelos atuais dispositivos legais, a Secretaria de Estado de Educação - em parceria com o Conselho Estadual de Educação-CEE, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, União dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME, Sindicato das Escolas Particulares de Ensino de Mato Grosso do Sul- SINEPE e Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul - FETEMS - deverão ter a titularidade do processo de construção do novo Plano Estadual de Educação, bem

como pela reformulação do Sistema Estadual de Ensino para a sociedade em geral, na certeza de que a Educação iniciará um novo processo histórico em Mato Grosso do Sul.

DIRETRIZES NORTEADORAS DO PLANO DE GOVERNO:

Construir o novo Plano Estadual de Educação, estabelecendo e/ou reformulando seus princípios, diretrizes e ações, em consonância com o PNE, tendo como base em um amplo processo de mobilização, integração e ampla consulta envolvendo todos os segmentos interessados nos 79 municípios de MS. Reestruturar o Sistema Estadual de Ensino, integrando todos os instrumentos políticos e institucionais de forma a propiciar o atendimento das reais necessidades de MS.

PROPOSTAS:

- Levar para todo o Estado o ensino de Tempo Integral contruindo prédios no padrão arquitetônico semelhante as Escolas de Tempo Integral construídas na Capital (2007/2012) que têm: área construída superior a 6.500 m², ginásio poliesportivo coberto, um note book por aluno e 45 salas assim distribuídas - 24 salas de aula conjugadas com um espaço para múltiplo uso, sala de multimeios, duas salas para aula de dança, duas salas para aulas de artes, duas salas de informática, dois laboratórios, duas salas de apoio, sala para rádio, sala para jornal, cantina, câmara fria e depósito, local para área de serviço com lavanderia e estar para funcionários, banheiro com vestiário masculino, banheiro com vestiário feminino, espaço livre com palco, apoio e banheiros, além de sala de professores, sala para diretora, sala para psicóloga, sala para orientação e supervisão, Secretaria e arquivo com atendimento especial, sala de estudos para professores e biblioteca conjugada com área externa. A escola também terá apoio para educação física com ambulatório e sala para equipamentos, sala de pré-escola com apoio de banheiros, sala de repouso, brinquedoteca e playground, circulações e acessos cobertos e interligados por jardins e áreas externas com pérgulas para estar e convívio.
- Profissionalizar todos os cursos de Ensino Médio da Rede Estadual com habilitações voltadas para o mercado de trabalho.
- Criar os Centros de Formação para os Profissionais da Educação de Mato Grosso do Sul e também descentralizar recursos financeiros para formação in loco nas unidades escolares, atendendo as diversidades quilombolas, indígenas, especiais e do campo.

- Criar Núcleos Regionais de Educação para melhor apoiar os municípios na consecução das políticas educacionais (transporte escolar, formação continuada, orientações curriculares e organização no regime de colaboração).
- Criar o Programa “MS Cuida da Escola”, voltado para manutenção e modernização de todas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. A qualificação do ensino acontecerá em espaços arquitetônicos altamente qualificados, adequados às atividades escolares, com conforto ambiental e segurança.
- Criar o Programa “Avança MS” para melhoria dos indicadores de qualidade da educação pública com instituição de metas, bônus, prêmios para as escolas e servidores da educação.
- Fortalecer as iniciativas existentes bem como fomentar a adoção de estratégias voltados para o desenvolvimento de jovens lideranças e o protagonismo juvenil.
- Adequar e capacitar permanentemente as equipes escolares com coordenação pedagógica, coordenação pedagógica por área, orientador, pessoal para laboratórios, bibliotecas, alimentação escolar, limpeza, portaria, secretaria, salas de recursos, contabilidade, psicólogo e assistente social.
- Promover a adequação do currículo das escolas públicas em consonância com as normas vigentes e as especificidades de Mato Grosso do Sul e de sua regiões.
- Construir e adequar as escolas para educação básica, de período integral e de educação profissional.
- Valorização salarial dos profissionais da Educação, respeitando o Piso Nacional do Magistério.
- Criar incentivos financeiros para a qualificação e atualização profissional dos servidores da educação
- Criar o programa Adote Uma Escola, para estimular que entidades e empresas locais estabeleçam parcerias com as escolas para implantação de atividades extra-curriculares, eventos com a comunidade, realização de viagens de estudo e outras atividades complementares à educação formal.



O tema saúde está no centro do debate dos problemas brasileiros, sendo o mais relevante em todas as regiões e estados. É, portanto, uma questão nacional. Pesquisa realizada pelo Ibope para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em novembro/2013, voltou a confirmar que a saúde é considerada pela população como o maior problema nacional e também como a principal prioridade com a qual o governo federal deveria se ocupar. Para 58% dos entrevistados a saúde é o principal problema nacional, seguido da violência/segurança pública (39%) e as drogas (33%).

A primazia dessa percepção é evidente, tanto que o tema obteve as maiores citações em todas as unidades da federação e em todos os recortes utilizados (renda salarial familiar; grau de escolaridade; tamanho e característica (capital, periferia ou rural) do município do entrevistado. Enquanto a região Sul apresenta o menor índice, com 48% das citações, o Centro-Oeste atinge a marca de 66%. Uma das principais causas do crescimento da insatisfação com o atendimento, mas não a única, é a decisão do governo federal de reduzir ano a ano a sua participação no financiamento do setor. Em 2000, a União custeava 60% das despesas públicas com saúde. Em 2011, custeou apenas 44,7% deixando a conta maior para os Estados (25,7%) e para as Prefeituras (29,6%). Os municípios têm que aplicar 15% de seus recursos em saúde, os Estados 12% e a União não tem percentual definido. A atual administração assumiu compromisso com um percentual de 10% das receitas correntes federais para a saúde, mas acabou ignorando o fato.

Independente desse contexto, a gestão estadual pode - e vai - adotar medidas e ampliar investimentos para vencer os grandes desafios do setor da saúde que são:

Modernizar a gestão da saúde e fortalecer mecanismos que favoreçam o acesso das pessoas aos serviços de saúde.

Tornar a atenção primária mais resolutiva, ordenadora da rede e coordenadora do cuidado.

Fortalecer o enfrentamento às violências.

Implementar a instalação dos centros de especialidades odontológicas.

Implementar a rede de atenção às urgências.

Implementar os núcleos regionais de educação permanente em saúde, vinculados à Escola de Saúde Pública do Estado e Escola Técnica do SUS.

Implementar as ações de saúde no sistema prisional.

Fortalecer os conselhos de saúde.

Fortalecer e expandir os Programas de Saúde na Escola (PSE) e Saúde e Prevenção Escolar (SPE).

PROPOSTAS:

- Regionalizar os serviços de saúde, construindo e equipando Hospitais Regionais em Três Lagoas, Dourados e Corumbá, criando grandes centros de referência de atenção especializada no interior e atendendo melhor as pessoas.
- Instituir um programa permanente de reformas e modernização em unidades de saúde no interior do Estado.
- Dar continuidade às metas programadas nos Planos de Ação Regional das Redes de Atenção à Saúde, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências e a Rede Cegonha viabilizando: Leitos de UTI Adulto e UTI Neonatal em Campo Grande, Corumbá, Nova Andradina e Três Lagoas; Unidades Coronarianas em Campo Grande e Dourados; Leitos de UTI Adulto em Paranaíba e Ponta Porã; Centros de Trauma em Três Lagoas, Dourados, Campo Grande, Corumbá e Coxim; Unidades de AVC em Campo Grande, Três Lagoas e Dourados.
- Fortalecer os municípios sede de macro e microrregião de saúde: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.
- Implantar o Centro de Parto Normal e Casa de Apoio à Gestante, Bebê e Puérpera: Campo Grande, Corumbá e Dourados.
- Implementar as ações programadas nos Planos de Ação Regional das Redes de Atenção: Urgência e Emergência, Cegonha, Atenção Psicossocial, Atenção às Pessoas com Deficiência e Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.
- Manter o apoio técnico e financeiro aos municípios de referência regional, fortalecendo-os e ampliando e qualificando a oferta assistencial.
- Implantar Centros Regionais de Especialidades nos municípios de Paranaíba, Naviraí, Coxim, Corumbá e Jardim.

- Apoiar a implantação de Unidade de Nefrologia (TRS) nos seguintes municípios sede de microrregião: Coxim, Naviraí, Jardim e Nova Andradina.
- Apoiar a implantação de Centro Especializado de Reabilitação - CER em Corumbá, Campo Grande, São Gabriel do Oeste, Costa Rica, Chapadão do Sul, Coxim, Maracaju, Jardim, Aquidauana, Dourados, Iguatemi, Paranaíba e Cassilândia.
- Implementar o processo de interiorização dos acadêmicos do curso de medicina, nos municípios que tiverem interesse nessa tríade parceria entre as Universidades, Secretarias de Saúde e Municípios, com o objetivo de fomentar a integração ensino-serviço, aproximando estudantes com a realidade do SUS.
- Ampliar as ofertas de pós-graduações e de programas de residências médicas e multiprofissional estimulando a interiorização dos profissionais de saúde para prestarem cuidados progressivos à saúde das pessoas, de forma continuada e contextualizada, no âmbito das redes de atenção à saúde.
- Participar do Programa MS Contra as Drogas, em conformidade com o Plano Estadual de Saúde, implantando novos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como: CAPS nas diversas modalidades, principalmente o Tipo 1 (que atende álcool e outras drogas, em todas as faixas etárias) e AD III (funciona 24 h por dia, com 12 leitos para acolhimento noturno de pacientes em crises agudas por intoxicação de substâncias psicoativas).
- Consultório na Rua, principalmente nos municípios com adesão ao “Plano Crack é Possível Vencer”, tais como Campo Grande e Dourados.
- O Governo do Estado, em parceria com igrejas e instituições que têm experiência e prática de atuação na área de recuperação de dependentes químicos, implantará Unidades Regionais específicas de tratamento e resgate dos dependentes, atuando na estrutura e cofinanciamento e na gestão multidisciplinar destes locais.
- Fortalecimento da Atenção Básica por meio da ampliação da cobertura da ESF, ações de Saúde Bucal, incremento das políticas que incluem todos os ciclos de vida e de ordenamento das linhas de cuidado e coordenação das redes de atenção à saúde.
- Fortalecimento dos Núcleos Regionais de Saúde, com estruturação da parte física, dos recursos humanos, com implementação da política de Gestão do Trabalho e reativação dos Núcleos como o de Corumbá.



Vale Renda
4001 6800 4746 2064
VISA
ELECTRON
FUNDA CONCESSAO
417.647.511-3

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Segundo a Constituição Brasileira são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição Brasileira. A Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

De acordo com a Lei 8742, de 07.12.1993 que Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social ela é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Segundo o Art. 6º da lei Nº 12.435, DE 6 de julho de 2011, a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos: consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei. A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em Mato Grosso do Sul a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETAS, criada pelo DECRETO Nº 11.291, DE 4 DE JULHO DE 2003, é o órgão responsável pela Coordenação da Política Estadual de Assistência Social, integrante do grupo responsável pela prestação de serviços ao cidadão, tendo como finalidade precípua a orientação e a execução de ações que visem à geração de emprego e renda, à inclusão social e à promoção da cidadania.

DIRETRIZES

Modernizar a legislação pertinente, atualizando-a em seus princípios, diretrizes a ações, com base em uma ampla consulta a ser realizada envolvendo os 79 municípios de MS, assegurando assim maior capacidade de atender as atuais reais demandas.

Fortalecer o Sistema Estadual de Assistência Social, integrando todos os instrumentos políticos e institucionais, estabelecendo um percentual de recursos orçamentários consignados em lei de forma a propiciar o financiamento da Política, dos Programas, Ações e Atividades decorrentes.

PROPOSTAS

- Elevar em 50% o número de famílias atendidas pelos programas sociais, passando de 100 para 150 mil famílias, de forma a abranger todos que, ainda, não conseguiram aumentar sua renda, no campo e na cidade.

- Qualificar todas as famílias beneficiárias do Programa Vale Renda, criando cursos profissionalizantes e de geração de renda compatíveis com as necessidades locais e com os conhecimentos específicos de cada chefe de família, a fim de que todos possam superar a dependência e se inserir em um modelo de autosustentabilidade.
- Ampliação da disponibilidade financeira para o cofinanciamento da rede socioassistencial via Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social.
- Ampliação do Programa de Complementação Nutricional às famílias indígenas.
- Implementação de projetos de Inclusão Produtiva às Famílias Indígenas.
- Intensificar ações de prevenção ao uso indevido de drogas, fortalecendo trabalho com as famílias codependentes.
- Ampliar o benefício do Programa Vale Universidade (PVU) para acadêmicos graduados cursarem pós-graduação por período máximo de 18 meses.
- Aumento do quantitativo e do parâmetro de cálculo do benefício pecuniário do Programa Vale Universidade, para um salário-mínimo e meio.



TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A Política do Trabalho de Mato Grosso do Sul é desenvolvida pelo Governo do Estado por meio da FUNTRAB - Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao assumir o governo em 2007, as ações da Política do Trabalho estavam todas desestruturadas e as agências sucateadas. Assim, o governo empenhou-se em promover uma ampla reestruturação do Sistema Público de Emprego no Estado, ampliando e descentralizando suas ações visando a melhoria dos serviços prestados à população sul-mato-grossense.

Nesta perspectiva, a direção da FUNTRAB à época, propôs a implantação dos Centros Integrados de Atendimento aos Trabalhadores - CIATs, no Estado, com objetivo de assegurar a execução das ações do SPETR- Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, em parceria com os municípios, contemplando uma proposta de cofinanciamento, cogestão e integração das diversas ações destinadas ao trabalhador(a).

Esta proposta objetivou a sistematização de um rol de procedimentos e de instrumentos que orientou a transição das atuais unidades operacionais do SPETR, que implicou diretamente na melhoria da gestão, impactando na eficiência dos serviços e na ampliação do controle social. Além disso, as ações integradas do SPETR serviram como suporte ao projeto de desenvolvimento econômico do Estado de maneira sustentada nos municípios por intermédio de ações afirmativas de combate à discriminação no mercado de trabalho, com inclusão produtiva e social da população sul-mato-grossense.

A cogestão e o cofinanciamento para operacionalização dos CIAT's nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, pressupôs a gerência operacional e o custeio pelas Prefeituras de eventuais despesas necessárias ao bom funcionamento da Unidade, seja de pessoal, de material ou de manutenção, mediante celebração de Termo de Cooperação Mútua. Assim, essa proposta de gestão compartilhada entre o Governo/FUNTRAB e o Município tornou a relação custo-benefício das ações do SPETR mais atrativa, sendo considerada pelo M.T.E como elemento positivo, tendo em vista que ao assumir algumas despesas o município reduz o custo de implantação e manutenção da agência pelo Estado.

Neste contexto, em 2007 iniciou o processo de reestruturação das Agências Públicas de Emprego nos municípios do Estado, transformando-as em Centros Integrados de Atendimento ao Trabalhador- CIAT, em parceria com os Municípios, proporcionando um ambiente informatizado, com padronização

organizacional, critérios de atendimento estabelecidos, com ação articulada com as Comissões Municipais de Emprego, referendada pelo Conselho Estadual de Emprego, visando a melhoria da gestão, com impactos na eficiência dos serviços oferecidos à população sul-mato-grossense e, na ampliação do controle social.

Desta forma, esse processo de mudança estrutural e operacional desenvolvido a partir de 2007, em parceria com os Municípios e empreendedores contribuiu para a melhoria do desempenho e qualidade das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Estado, otimizando a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, garantido também os serviços de rotina de atendimento integrado aos trabalhadores e empresários, que compreende: ações de Orientação e Intermediação de Mão de Obra formal e informal, Requerimento e Postagem do Seguro Desemprego, Expedição de CTPS, Psicologia Organizacional, Serviço Social, Qualificação Social e Profissional, Economia Solidária e microcrédito.

De 2007 a março de 2014, dos 31 Postos de Atendimentos credenciados pelo MTE, foram implantados e inaugurados 28 CIATs em parceria com as Prefeituras Municipais: Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana, Batayporã, Campo Grande, Corumbá, Costa Rica, Ivinhema, Maracaju, Sidrolândia, Aparecida do Taboado, Caarapó, Coxim, Eldorado, Iguatemi, Jardim, Miranda, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillhante e Rio Verde MT, Dourados, Itaquiraí, Guia Lopes da Laguna, Bataguassu, Paranaíba. Em relação ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional, de 2007 a 2013, foi executado em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, o Plano Territorial de Qualificação Profissional, -PlanTeQ, o Projovem Trabalhador que atendeu as demandas do setor produtivo e dos trabalhadores, nos Municípios que encaminharam suas demandas aprovada pela Comissão Municipal de Emprego.

Em 2013 o MTE realizou um acordo com o Ministério da Educação e Cultura- MEC, visando a integração das pastas Educação e Trabalho, criando a modalidade PRONATEC- Trabalhador, onde o MTE é o demandante e o sistema “S” o ofertante, assim em decorrência desse acordo estamos em 2014 na fase de estudo, diálogo e organização da operacionalização dessa nova modalidade na rede/SINE, com vistas a atender o trabalhador com necessidade qualificação profissional no Estado.

Destacamos que o processo de reestruturação e modernização do Sistema Público de Emprego foi de suma importância ao projeto de desenvolvimento social e econômico do Estado e dos territórios, por meio do desenvolvimento de ações afirmativas de combate à discriminação no mercado de trabalho, com inclusão produtiva e social da população sul-mato-grossense, visto que

o papel da rede é realizar a convergência entre a oferta e a demanda por uma oportunidade de trabalho.

Atualmente o Sistema Público de Emprego executado através da Rede SINE, atravessa momento de transição para um Sistema Único de Trabalho - SUT, mediante transferência de recurso fundo a fundo, sendo uma reivindicação do FONSET- Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho e das representações de Trabalhadores, com apoio de uma Frente Parlamentar.

PROPOSTAS

- Implantação do Sistema Único do Trabalho de Mato Grosso do Sul - SUT/MS.
- Garantir a implementação e criação de novos Centros Integrados de Apoio ao Trabalhador (CIAT's), a fim de facilitar o acesso dos trabalhadores às oportunidades de emprego por meio da intermediação entre a oferta e demanda.
- Criação do Instituto do Trabalho de Mato Grosso do Sul (ITMS), entidade sem fins lucrativos, com finalidade de subsidiar projetos, pesquisas e trabalhos relacionados ao mundo do trabalho, com personalidade jurídica pública, visando à captação de recursos externos para o desenvolvimento das ações.
- Implantar Programa de Incentivos para maior capilaridade ao eixo de emprego para as demais regiões do Estado.
- Criar e implantar programa para atendimento ao 1º emprego para jovens de 18 a 29 anos.
- Ampliar os recursos financeiros do micro crédito, possibilitando o atendimento a outros segmentos da população com perfil empreendedor.
- Ampliar e fortalecer as ações de Economia Solidária através da identificação e/ou criação de nichos de economia solidária com o intuito de promover a divulgação, a certificação de produtos e serviços, criação de uma marca/identidade de Eco-Solidariedade Sul-mato-grossense, contribuindo com a geração de trabalho e renda e combate a pobreza.
- Facilitar o acesso às compras governamentais para bens e serviços dos trabalhadores da economia solidária, como forma de criar uma cultura da sustentabilidade, reciclagem e consumo com consciência.



SEGURANÇA PÚBLICA

Após a 1ª Conferencia Nacional de Segurança Pública ocorrida em 2009, ficou claro que a continuidade e o aprofundamento dos debates são imprescindíveis. Através da participação democrática, há que se obter resultados para assegurar ao cidadão o direito fundamental a uma vida segura. Imbuídos dos paradigmas que nortearam essa 1ª conferência, vamos estimular novas reflexões através de debates de forma a buscar a formulação de estratégias inovadoras de prevenção à violência.

“Cada lugar tem sua realidade e toda experiência é importante para a construção de uma segurança pública com cidadania” (Regina MIKI)

Para que se atinja essa meta, é imprescindível combater as causas socioeconômicas da criminalidade com a união de políticas de segurança pública e ações sociais. Dentro do contexto do Estado de Mato Grosso do Sul para consolidar essas premissas, há que se ter a valorização e a qualificação do profissional da área, a participação social, a garantia de orçamento público suficiente, uma política penitenciária adequada, o desarmamento e o acesso à justiça.

AÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

- Garantir recursos para a execução do plano estratégico da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, aumentando os investimentos, reduzindo a criminalidade e colocando a Polícia nas Ruas, sempre em ações integradas e com a efetiva participação das comunidades envolvidas.
- Intensificar as atividades de policiamento ostensivo comunitário itinerante, com a utilização de bases móveis de policiamento e efetivo capacitado, em regiões da capital, do interior e de fronteira que apresentem maiores índices criminais.
- Implementar o “Plano MS Contra as Drogas”, de característica multidisciplinar, alcançando ações de saúde, educação, assistência social e segurança pública, visando não somente o enfrentamento ao tráfico de drogas, mas também o acolhimento a usuários e apoio às respectivas famílias.
- Consolidar a inteligência policial, a capacitação dos efetivos, e o fortalecimento das corregedorias.
- Promover o recompletamento de efetivo das instituições de segurança pública para a execução de suas atividades constitucionais, através de concursos e desenvolvimento de políticas de valorização salarial.

- Extensão das atividades de salvamento e combate a incêndios, com a utilização de equipamentos e técnicas avançadas e efetivo capacitado, com ênfase a salvamentos de vítimas de acidentes de trânsito e incêndios rurais.
- Reparcelhamento e otimização dos recursos materiais e tecnológicos da SEJUSP com vistas a melhoria de resultados, fundamentado em cumprimentos de metas, visando dar melhor qualidade aos serviços prestados.
- Construir, ampliar e qualificar os espaços das instituições de Segurança Pública, visando ampliar e melhorar o atendimento ao público, potencializando a sensação de Segurança Pública.
- Incremento da “Gestão Participativa”, através das ações integradas do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F), estabelecendo planos e ações conjuntas com a participação de todas as instituições de segurança pública em todos os níveis, outros poderes constituídos e a sociedade civil organizada, por meio dos conselhos de segurança e demais entidades sociais organizadas.
- Continuidade das ações dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira – GGI-F, em consonância com o Decreto 7496/2011, que criou o Plano Estratégico de Fronteiras, “para enfrentar os ilícitos penais das regiões de fronteira e promover o bloqueio e a desarticulação das atividades de financiamento, planejamento, distribuição e logística do crime organizado e dos crimes transnacionais, cujos efeitos atingem os grandes centros urbanos e a sociedade brasileira como um todo.”
- Aperfeiçoamento das atividades de investigação criminal qualificada e inteligência policial, com a utilização de tecnologias avançadas de repressão à criminalidade organizada e à lavagem de dinheiro e efetivo capacitado, com ênfase ao tráfico de drogas e os crimes correlatos (homicídios e crimes contra o patrimônio).
- Incrementar as atividades de salvamento e combate a incêndios, com a utilização de equipamentos e técnicas avançadas e efetivo capacitado, com ênfase a salvamentos de vítimas de acidentes de trânsito e incêndios rurais.
- Extensão das atividades de ressocialização e reinserção social, com a continuidade de implantação de escolas profissionalizantes, fábricas e oficinas e lavouras em estabelecimentos penais, por meio de parcerias público-privadas.

- Extensão das atividades de investigação qualificada, com a utilização de tecnologias avançadas de repressão à criminalidade organizada e à lavagem de dinheiro e efetivo capacitado, com ênfase ao tráfico de drogas e os crimes correlatos (homicídios e crimes contra o patrimônio).
- Priorizar as ações preventivas a acidentes de trânsito, com ênfase aos enfrentamentos dos condutores alcoolizados e “rachas” em vias públicas.
- Priorização e desenvolvimento científico do ensino policial, nas casas de ensino policial.
- Continuidade da difusão, implementação e execução do programa de polícia comunitária.

DESAFIOS DO DETRAN

- Habilitar, educar e fiscalizar.
- Sedimentar a cultura do respeito às leis de trânsito.
- Incrementar os programas de redução de acidentes e aperfeiçoar os procedimentos do DETRAN nas ocorrências.
- Intensificar a Modernização tecnológica do DETRAN visando dar agilidade à prestação dos serviços do DETRAN em todo o Estado.
- Viabilizar a criação de uma estrutura de segurança de trânsito e mobilidade viária.

PROPOSTAS:

- Transformar o Programa Trânsito na Escola: Formação do Jovem Condutor (Resolução 265/CONTRAN/2007) em Política de Estado e implementar o programa em todas as Escolas Públicas e Particulares de Mato Grosso do Sul.
- Criar um programa Estadual de sinalização de trânsito para implantar sinalizações horizontal e vertical nas principais vias e nas áreas de risco das cidades do estado
- Ampliar o Programa Pedestre, eu Cuido! e fazer parcerias com os municípios para execução em conjunto com o Governo Estadual.



- Implementar planos cicloviários com objetivo de dar maior acessibilidade em todo o estado de Mato Grosso do Sul com ênfase aos municípios de pequeno e médio porte.
- Parceria DETRAN e Secretaria de Estado de Educação para produção de material didático e capacitação dos professores da educação para o trânsito dentro do conteúdo das disciplinas da Educação Básica.
- Trabalhar com a Polícia Militar de MS em programas especiais de combate ao condutor alcoolizado, minimizando ocorrências de acidentes de trânsito nas cidades.
- Criar programas específicos e de intervenção comportamental para motociclistas com o objetivo de minimizar o grande número de acidentes que ocorrem com esse tipo de veículo.



Direitos humanos são aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços do rosto e cabelo, etc.), da etnia, nacionalidade, sexo, faixa etária, presença de incapacidade física ou mental, nível socioeconômico ou classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano. Os direitos humanos são naturais e universais pois não se referem a um membro de uma nação ou de um Estado - mas à pessoa humana na sua universalidade. São naturais, porque vinculados à natureza humana e também porque existem antes e acima de qualquer lei, e não precisam estar legalmente explicitados para serem evocados.

O Brasil estabeleceu o reconhecimento dos direitos humanos na Constituição do País, cumprindo com os compromissos decorrentes da adesão como Estado Parte da ONU nos acordos e declarações internacionais, demonstrando seu desejo de um avanço civilizatório.

Desde então a organização social e política do país vem tentando dar respostas aos desafios decorrentes desses compromissos, criando áreas na administração pública que possam responder às responsabilidades do Poder Público, sempre em estreita integração com as organizações e movimentos sociais que representam os interesses e direitos de um amplo conjunto da população brasileira.

Por outro lado a legislação nacional, bem como as estaduais e municipais tem avançado no estabelecimento de princípios e diretrizes que norteiam a ação do Poder Públicos, bem como nas regras da convivência visando o estabelecimento e a supremacia do bem comum, em condições universais de liberdade, respeito e dignidade para todos os cidadãos.

Nesse aspecto a administração pública tem experimentado regimentar por lei, decretos e portarias a criação de instituições públicas de forma a dar organicidade e institucionalidade nas ações de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Em que pese todo esforço dos governos, pouco se têm consolidado a esse respeito, a distância que prevalece entre a realidade das violações dos direitos humanos e as ações concretas de prevenção a sua ocorrência e mesmo a interrupção segura das situações tradicionais de violação ainda são grandes. Mato Grosso do sul é uma estado com expressivos contingentes populacionais que compreendem a chamada diversidade étnica, racial, geracional, orientação sexual, tendo ainda na maioria da sua demografia a prevalência de cidadãos do sexo feminino.

A situação de violência a que estão sujeitas milhares de mulheres, crianças, jovens, idosos, negros, índios e homossexuais impõe ao Poder Público Estadual a adoção de medidas especiais e diferenciadas visando a superação dos grandes problemas que afetam pessoas nessas condições.

DIRETRIZES NORTEADORAS DO PLANO DE GOVERNO:

Definir um espaço institucional de promoção e defesas da cidadania e de construção de uma efetiva Política de Direitos Humanos, tendo como base as diretrizes do PNDH3 e um amplo processo de mobilização, integração e consulta envolvendo todos os segmentos interessados nos 79 municípios de MS. Reestruturar o Sistema Estadual de Direitos Humanos, integrando todos os instrumentos políticos e institucionais de forma a propiciar o atendimento das reais necessidades de MS.

PROPOSTAS:

POPULAÇÃO DE MULHERES

- Institucionalização da política pública para as mulheres, elevando-a ao patamar das demais políticas públicas por meio da criação da Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, com garantia de dotação orçamentária e quadro permanente de recursos humanos.
- Avaliação, atualização e implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.
- Implantação e implementação de um Plano Integrado e Articulado de enfrentamento à exclusão social, incluindo a desigualdade de gênero junto às demais políticas públicas do Governo do Estado.
- Desenvolver iniciativas que estimulem os municípios do Estado à criação de organismos municipais com a implementação de políticas para as mulheres, tais como Certificação “Cidade Amiga da Mulher” e/ou apoio com kits básicos iniciais de mobiliário e equipamentos.
- Realização de campanhas estaduais de combate à discriminação baseada em gênero, raça/etnia e orientação sexual, bem como para o fortalecimento do papel da mulher na sociedade.
- Fomentar e valorizar as capacidades, competências e habilidades das mulheres promovendo a sua autonomia e a sua participação na formulação e implementação de políticas públicas, respeitando e considerando as mulheres em sua diversidade - mulheres indígenas, negras, ribeirinhas, ciganas, fronteiriças, jovens, idosas e em situação de privação de liberdade.
- Contribuir para dar visibilidade aos aportes culturais realizados por mu-

lheres e fortalecer seu protagonismo nas diferentes áreas de expressões artísticas e culturais.

- Promover ações que incidam na superação do sexismo, estereótipos e preconceitos, visando contribuir para a promoção de modelos que reforcem no imaginário coletivo a igualdade real entre homens e mulheres.
- Fomentar a participação das mulheres nos espaços de controle social e poder.
- Criação do Fundo Estadual Mulher Cidadã visando apoiar iniciativas que promovam a autonomia das mulheres e combatam as discriminações de raça/gênero e orientação sexual.
- Promover a criação de equipamentos sociais que facilitem o cotidiano das mulheres - com especial atenção para as mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social - tais como: refeitórios públicos, lavanderias comunitárias, escolas de período integral, ampliação de vagas em creches com flexibilização dos horários de funcionamento.
- Promoção de campanhas informativas sobre assédio moral nas relações de trabalho, fenômeno que incide mais sobre as mulheres, provocando problemas de agravo à saúde e a perda da auto-estima.
- Criação do Selo Agente de Igualdade de Oportunidades, voltado para empresas que ampliem as oportunidades de inserção e crescimento profissional das mulheres, bem como promovam a equidade salarial.
- Implementar o funcionamento 24 horas das Delegacias de Atendimento à Mulher, dentro das Normas Técnicas das DEAMs.
- Criação de Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher em todos os municípios onde não houver DEAM, bem como a implementação de equipes multidisciplinares para acolhimento humanizado às mulheres vítimas de violência em todas as delegacias da mulher.
- Apoio à criação de serviços de acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento às mulheres vítimas de violência.
- Articular, estruturar e consolidar um sistema estadual de referência e atendimento às mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual.
- Promover ações voltadas ao incentivo e valorização das servidoras públicas.

- Ampliar a cobertura de moradias com especial atenção para as mulheres chefes de família, negras e indígenas e potencializar os núcleos habitacionais com equipamentos sociais que facilitem o cotidiano das mulheres.

POPULAÇÃO NEGRA

- Criação de uma Subsecretaria de Estado de Promoção da Igualdade Racial, com dotação orçamentária que garanta a execução dessas políticas;
- Formular políticas públicas e ações afirmativas de combate a desigualdades centradas em raça/etnia, ao preconceito e intolerância e à discriminação racial com intuito de combater o racismo institucional.
- Acompanhar e garantir apoio através de programas para questões quilombolas em todas as suas vertentes: Educação, Saúde, Cultura, Titulação das Terras, Sustentabilidade e Meio ambiente.
- Estimular a criação de organismos gestores municipais de promoção da igualdade racial.
- Desenvolver políticas de implementação das Leis : 10.639/2003 e 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira no currículo escolar dos níveis fundamentais e médio na Rede Estadual.
- Implementar programas que objetivem a prevenção, assistência, combate e tratamento das doenças que acometem a população negra.

POPULAÇÃO INDÍGENA

O Estado de Mato Grosso Sul possui a 2º maior população indígena do país, sendo um Estado agrário e com formação originária na cultura indígena. O papel fundamental, além de diminuir os conflitos agrários e fomentar/executar as políticas públicas para os povos indígenas, levando desenvolvimento e cidadania, através das políticas setoriais. Sendo assim, faz-se necessário:

- Ampliação e fortalecimento do Programa Alimentar – Vale Renda Indígena.
- Ampliar a oferta de Ensino Médio e qualificação profissional para indígenas, considerando suas especificidades.
- Aprimorar a Assistência em Saúde nas Aldeias, considerando os agravos em saúde.
- Implementar um política de agroindustrialização das produções nas comunidades indígenas.
- Criação de mecanismos e protocolos integrados de prevenção a violência

nas aldeias.

- Garantir recursos para Habitação das populações indígenas.
- Tornar as comunidades indígenas auto-suficientes, por meio do seu desenvolvimento e valorização da sua identidade.

POPULAÇÃO JOVEM

- Ampliar a cobertura e fortalecer os programas de crédito para empreendedores jovens, a exemplo do CREDIJOVEM dirigido aos jovens interessados em montar seu próprio negócio, por meio da linha de microcrédito produtivo e orientado especificamente para jovens empreendedores com idade entre 18 a 29 anos, onde poderão contar com este incentivo para implementarem seus empreendimentos produtivos, de serviços ou de comércio.
- Ampliar as ações do primeiro emprego diversificando as parcerias com as empresas instaladas em MS e aquelas que pretendem se instalar.
- Implantar o Programa Minha Primeira Empresa: Parceria da SEJUV com o SEBRAE, universidades e entidades profissionais para formalização e criação de novas empresas.
- A atuação nos bairros da capital e nos municípios de MS na formalização de empreendimentos informais e na consolidação de novos negócios.
- Ampliar as ações da proposta de habitação que destina uma parte das casas construídas pelo Governo Estadual a jovens casais com filhos ou que sejam arrimo de família, que comprovem união estável e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Parceria da SEJUV com SEHAC-MS.
- Projeto de Assistência Social à saúde, educação e segurança: Ação de cobertura de assistência social e médica aos acampados de beiras de rodovias federais, comunidades ribeirinhas e tribos indígenas, com parceria da PRF-MS.
- Implementar as ações da ESTAÇÃO JUVENTUDE ITINERANTE URBANA Programa Federal da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, destinado ao acesso de jovens de 15 a 29 anos, sobretudo aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidades sociais, às políticas, programas e ações integradas que assegurarão seus direitos de cidadania e ampliarão a inclusão e participação social destes, por meio do oferecimento de tecnologias sociais para o desenvolvimento de políticas para a juventude, objetivo de executar este programa de forma itinerante, focando os jovens residentes nos municípios de Campo Grande, Corumbá, Três lagoas, Ponta Porã, Coxim, Naviraí e



Dourados.

- Viabilizar, em conjunto com as Prefeituras Municipais, universidades e centros de ensino superior do estado, um Sistema de Transporte Universitário, para facilitar e dar conforto e segurança aos jovens que estudam em outros municípios.
- Implantar o Programa Residência Profissional para os beneficiados do Programa Vale universidade que se destacaram em sua vida acadêmica.

AREA DO CONSUMIDOR

- Criação da Fundação PROCON/MS, vinculando a área de Justiça.
- Construção da Sede Própria do PROCON/MS prevendo a instalação da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes contra as Relações de Consumo /DECON.
- Promover Concurso Público visando admissão de servidores com qualificação para a prestação do serviço de orientação e defesa do consumidor.
- Criação da Escola Estadual de Defesa do Consumidor.
- Implantar o Procon em ao menos 60% dos municípios do Estado.



CULTURA

A Cultura é um Direito Humano, consolidado nas Constituições Brasileira e Estadual como um Direito Fundamental de todo cidadão. Em Mato Grosso do Sul esse direito tem estado sob a reponsabilidade da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, criada a partir da Lei nº. 422, de 6 de Dezembro de 1983 - personalidade jurídica de direito público, autônoma administrativa e financeiramente com patrimônio próprio e sede e foro em Campo Grande, capital do Estado.

A Fundação de Cultura de MS tem por finalidade planejar, promover, incentivar e executar as atividades voltadas tanto à difusão artística como ao patrimônio, objetivando o desenvolvimento cultural do Estado. Seu principal objetivo é aproximar a população das diversas manifestações artístico-culturais sul-mato-grossenses e fomentar o mercado cultural do Estado.

Segundo a LEI ESTADUAL N º 2.726, 02 de Dezembro de 2003, que a Política de Cultura tem por finalidade, nos termos do art. 215 da Constituição Federal, garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A Política Estadual de Cultura se norteará pelos princípios da garantia a todos do pleno exercício dos direitos culturais; do acesso às fontes da cultura nacional e regional e do apoio e o incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais.

Mato Grosso do Sul é o resultado de um caldeirão de influências representadas pelas cores da diversidade cultural de outros estados e nações. Estado jovem vem consolidando sua identidade, desenvolvendo políticas públicas que consideram também as peculiaridades de cada região, iniciando um processo de inclusão dos municípios do interior no mapa cultural do Estado.

É preciso e ampliar esse processo, assegurando às gerações de agora e às futuras, pleno acesso à cultura e suas manifestações em todas as suas vertentes.

DIRETRIZES NORTEADORAS DO PLANO DE GOVERNO:

Modernizar a legislação pertinente, atualizando-a em seus princípios, diretrizes a ações, com base em uma ampla consulta a ser realizada envolvendo todos os segmentos interessados nos 79 municípios de MS, assegurando assim maior capacidade de receber as atuais e reais demandas.



Instituir o Sistema Estadual de Cultura, integrando todos os instrumentos políticos e institucionais, estabelecendo um percentual de recursos orçamentários consignados em lei de forma a propiciar o financiamento da Política, dos Programas, Ações e Atividades decorrentes.

PROPOSTAS:

- Construir Centros Culturais em 20 municípios (sendo 9 em cidades-polo das regiões de planejamento e 11 distribuídas em cidades de menor população) para incentivar o desenvolvimento da arte e da cultura.
- Elevar o acesso da população ao livro e à leitura, assegurando a distribuição de livros às bibliotecas, escolas, entidades sócio culturais e educativas.
- Fortalecer a produção de livros e publicações que versem sobre nossa cultura.
- Instituir um Plano de Democratização da Cultura que assegure ações em todos os municípios do Estado com circuitos artístico-culturais nas áreas de teatro, dança, música e artes visuais.
- Consolidar a economia criativa do artesanato sul-mato-grossense através da capacitação permanente dos artesãos com fortalecimento e de núcleos de produção e participação em feiras nacionais e internacionais.
- Criar o Museu da História de Mato Grosso do Sul e sua gente.
- Incentivar e apoiar a criação de consórcios culturais intermunicipais objetivando a potencialização das características culturais de cada região do Estado.
- Viabilizar, mediante parceria com a iniciativa privada, a criação do Polo de Produção Cinematográfica visando fortalecer a indústria cinematográfica e audiovisual. Ampliar a realização de mostras e festivais de cinema.



ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer são reconhecidas pelas Nações Unidas como Direitos Humanos e assim, deve ser tratado como fundamentais para o ser humano. Ambos tem atrativos para todas as faixas etárias e sua prática promove o bem estar, a inclusão social, o desenvolvimento individual, a convivência social além de melhorar a saúde física e mental.

Considerando que ESTAR BEM individualmente contribui para a coletividade saudável, a implementação das ações voltadas ao esporte e ao lazer terá importância em todas as esferas, de forma direta ou em parcerias atreladas a outros programas, quer seja do trabalhador, do homem do campo, do usuário do sistema de saúde pública, das crianças nas escolas, do jovem, do adulto e inclusive da faixa da terceira idade.

Essa prática vai poder estar também inseridas nas obras onde o espaço público propiciar condições de acesso através de equipamentos, de pistas para caminhada, quadras poliesportivas e outras atividades.

Essa transformação do conceito do esporte no Brasil, trouxe a prática cotidiana do esporte de lazer, transformando as práticas esportivas no tempo livre em entretenimento, diversão, participação, bem estar e qualidade de vida. Consideramos que dar importância ao esporte e lazer cotidianamente pode com certeza, nos levar ao encontro das pessoas que se descobrem atletas e para esses talentos teremos também uma proposta de inclusão ao esporte de alta competição.

PROPOSTAS:

- Ampliar e qualificar espaços públicos para prática de esporte e lazer;
- Integrar as políticas públicas de esporte e lazer às demais políticas de governo, em especial, as sociais (educação, saúde e juventude);
- Criar Centros de Excelência em Esporte de Alto Rendimento para desenvolver o esporte olímpico e paralímpico;
- Promover em parceria com a Secretaria de Educação, competições esportivas no âmbito das escolas, durante todo o ano letivo;
- Ampliar o número de beneficiados e aumentar o valor repassado do Programa “Bolsa Atleta”, já em funcionamento;
- Fomentar programas que desenvolvam atitudes esportivas vinculadas ao turismo em nosso Estado;
- Fortalecer parcerias que possam potencializar e ampliar os recursos destinados ao esporte e lazer;



- Incorporar programas de esporte e lazer aos diferentes segmentos sociais (idosos, mulheres, pessoas com necessidades especiais);
- Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Desporto e Lazer de MS;
- Utilizar o rádio e TV educativa para promoção do esporte em MS.
- Democratização das políticas de Desporto e Lazer, objetivando principalmente a inclusão social e o desenvolvimento integral do cidadão Sul-matogrossense;
- Descentralização das ações de esporte e lazer, em parceria com os municípios, propiciando o intercambio entre comunidades;
- Formar e manter talentos esportivos em MS, servindo de modelo e incentivo à juventude;
- Democratizar a gestão do Desporto e Lazer, criando instâncias de participação dos municípios, sociedade e instituições de administração desportiva (federações).



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nova Arquitetura Institucional para a Seprotur

Situação atual: é responsabilidade da Seprotur elaborar e coordenar as políticas para o desenvolvimento de oito segmentos econômicos: agricultura familiar, agronegócio, indústria, comércio, serviços, turismo, mineração e pesca. Além disso, encontram-se vinculados à Secretaria cinco autarquias: AGRAER, IAGRO, INMETRO, FUNDTUR e Junta Comercial. Diante da multiplicidade de temas e desafios, tem se consolidado a percepção de que o trabalho da SEPROTUR poderia lograr maior eficiência se a Secretaria fosse desmembrada.

Proposta: divisão da Seprotur em três secretarias: Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca, Secretaria de Indústria, Comércio, Serviços e Comércio Exterior e, por último, Secretaria de Turismo.

Criação de uma Agência de Desenvolvimento Econômico – Desenvolve MS

Situação atual: A atração de investimentos estrangeiros e nacionais, a promoção das exportações, a abertura de mercados internacionais, a gestão de grandes projetos estratégicos, a concessão de financiamento para empreendimentos de interesse para o desenvolvimento do Estado, são temas que precisam de melhor atenção do setor público e do advento de novos instrumentos de implementação da política econômica.

Proposta: criar uma agência de desenvolvimento econômico subordinada à Secretaria de Indústria, Comércio, Serviços e Comércio Exterior, a qual ficará responsável pela implementação das políticas supra citadas. Essa Agência terá um escritório de representação permanente na cidade de São Paulo (capital econômica do País), que ficará responsável por visitar cotidianamente os principais grupos econômicos nacionais, monitorar anúncios de investimentos feitos por empresas e realizar a interlocução com delegações estrangeiras.

Impulsionar as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)

Situação atual: Atualmente, a cidade de Bataguassu possui uma ZPE em estágio de obras e a de Corumbá, por sua vez, precisa ser reestruturada por conta da caducidade do Decreto Presidencial que a criou.

Proposta: revigorar as ZPE do MS através de uma política contundente de divulgação e atração de empresas para nelas se instalarem. Em Bataguassu, o potencial é para empresas ligadas ao agronegócio, como esmagadoras de soja e milho, frigoríficos, indústrias de celulose e papel, produtoras de compensados de madeira do tipo MDF, entre outros. No caso de Corumbá, propõe-se a criação de um polo minero-siderúrgico que avance na cadeia de agregação de valor do minério de ferro, instalando uma usina “pelotizadora” do mineral. Nestes casos, assim como em Ponta Porã, as ZPEs teriam o

condão de impulsionar a agregação de valor às matérias-primas produzidas atualmente no Estado, fazendo com que os empregos e a renda fiquem na economia local – e não no exterior.

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca

Criação de uma política de incentivos para a agricultura irrigada

Situação atual: dos 35,7 milhões de hectares do MS, apenas 4 milhões destinam-se a agricultura. Desses, apenas 120 mil correspondem a agricultura irrigada, isto é, menos do que 3%. A agricultura irrigada, de alta produtividade, é a resposta mais adequada para este problema.

Proposta: criar modalidade de licenciamento ambiental simplificado, que possibilite tramitação mais ágil e criar incentivos fiscais para estimular o setor.

Programa Solo Fértil

Situação atual: os solos de MS, de forma geral, são caracterizados por sua alta acidez e baixa fertilidade natural – fatores que representam forte limitação para a atividade agrícola.

Proposta: criar um programa, vinculado à AGRAER, por meio do qual sejam criados cartões de compras para aquisição de insumos e fertilizantes pelos agricultores familiares. Promover, no âmbito do programa, a integração do meio rural (agricultores familiares) e o urbano (comerciantes), por meio do aumento das compras nos comércios locais de produtos agrícolas, desde a venda de insumos e a aquisição dos alimentos produzidos, como a compra de sementes de cereais, mudas de frutas, sementes de pastagens, arames, etc. Como meta, o programa Solo Fértil pretende atender a 10.000 agricultores familiares com limite de recursos financeiros de R\$ 2 mil por família. Espera-se, com a política, recuperar a fertilidade de 25.000 ha de solos agrícolas anualmente. Além disso, aumentar a produção nas unidades de produção familiar entre 50% a 80% sobre a produção atual, o que implicaria dobrar a renda das famílias beneficiadas.

Programa PROCAL

Situação atual: de uma forma geral, os projetos de assentamentos no Estado estão localizados em terras de média a baixa fertilidade e em solos de alta acidez. Sabe-se que a utilização do calcário pode aumentar em cerca de 30% a produção agrícola, pois ao neutralizar o PH permite-se à planta aproveitar os nutrientes do solo.

Proposta: criar um programa, vinculado à AGRAER, por meio do qual se possa aumentar a produtividade agrícola e a fertilidade do solo de propriedades dos agricultores familiares tradicionais, dos assentados e das comunidades negras do MS, com a oferta de transporte de calcário, visando atender 5.000 agricultores familiares com até até 4.000 kg de calcário por família.

Programa de Aquisição de Alimentos

Situação Atual: a comercialização e o acesso aos mercados institucionais ou convencionais configuram um importante obstáculo ao processo de desenvolvimento dos agricultores familiares. Para impulsionar e fomentar este acesso, conclui-se que seria preciso integrar as políticas públicas federais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE “Merenda Escolar”) a uma política estadual específica para fortalecer o seguimento dos mercados institucionais e governamentais.

Proposta: criar um programa de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar por meio do qual, por força de Lei, as Unidades Gestoras do Estado (UGEs), como hospitais, escolas, presídios, dentre outras, sejam obrigadas a comprar no mínimo 30% dos recursos orçamentários destinados à aquisição de gêneros alimentícios in natura ou processados (manufaturados) diretamente da agricultura familiar.

Programa Aldeia Produtiva

Situação atual: o MS possui a segunda maior população indígena do País, atrás apenas do Estado de Amazonas. São cerca de 70 mil índios (12 mil famílias) de diversas etnias distribuídos em aldeias e reservas que somam aproximadamente 613 mil hectares, perpassando 25 municípios. As áreas já demarcadas, no entanto, encontram-se em sua maioria sub-utilizadas do ponto de vista do uso eficiente do solo, já que tradicionalmente estas populações possuem pouco know how de plantio, de lavoura e de gestão agrônômica. A agricultura de baixíssima produtividade, combinada à explosão demográfica ocorrida nas últimas décadas, culminou em um cenário de pauperização dos índios nas aldeias, que de modo geral passaram a ver na ampliação de suas áreas o único caminho para superação de suas dificuldades. Como reflexo, o conflito fundiário entre índios e não-índios conflitou de forma nunca vista o campo no Mato Grosso do Sul, tornando vítimas (e perdedores) todos os nela envolvidos.

Proposta: paralelamente à política atual de distribuição de cestas básicas do Governo do Estado, promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares pertencentes as comunidades indígenas, através da implantação de programa de fortalecimento da produção sustentável e incremento da estrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), visando garantir a geração de renda, bem-estar social, exercício da cidadania e qualidade de vida. O programa Aldeia Produtiva contemplará ações de treinamento e capacitação agrônômica dos indígenas, distribuição de patrulhas mecanizadas, de insumos produtivos como adubos, fertilizantes e corretivos, bem como sementes, combustível, implementação de hortas e pomares familiares, tanques para piscicultura, entre outros. Ao todo, serão atendidas 68 aldeias nos seguintes municípios: Aquidauana, Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Brasilândia, Caarapó, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Douradina, Eldorado, Japorã, Juti, Laguna Cara-

pã, Maracaju, Miranda, Nioaque, Rochedo, Sidrolândia, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Tacuru. Estima-se em, aproximadamente, R\$ 15 milhões o custo do projeto.

Conselhos Produtivos do Agronegócio

Situação atual: diversas cadeias produtivas do agronegócio têm vivido, nos últimos anos, o acirramento do conflito entre produtores e a indústria. Na base da pirâmide, milhares de produtores, de diversos tamanhos, dispõem de pouco poder de mercado e colocam-se como “tomadores de preço”.

Proposta: apoiar a criação de conselhos produtivos do agronegócio no MS, principalmente naquelas cadeias produtivas em que o conflito entre indústria e produtores tem se acirrado, como nos casos da carne bovina (Consebov), suína (Consesuínos) e aves (Conseaves).

Recuperação de áreas de pastagem degradadas

Situação atual: Dos 35,7 milhões de hectares do que compõem o território do MS, cerca de 20 milhões são utilizados como pastagens para a pecuária. No entanto, mais de 8 milhões de hectares – isto é, quase 40% da área de pecuária ou 22% da área total do Estado – são de pastagens degradadas de baixíssima ocupação animal e produtividade. Trata-se, realmente, de um desperdício significativo das terras do Estado, gerando estagnação para a atividade.

Proposta: estimular a reforma e recuperação de pastagens por meio da redução da tributação estadual sobre calcário, gesso agrícola, adubo formulado, adubo orgânico e sementes de pastagens, durante o período de 4 anos, para os insumos comprovadamente utilizados para correção das áreas degradadas.

Valorização da carne bovina produzida na região de fronteira

Situação atual: com o surgimento do foco de febre aftosa na fronteira do MS, em 2005, o mundo fechou-se para as exportações de carne bovina do MS, deflagrando uma crise sem precedentes na economia do Estado. Em resposta, o governo do Estado investiu em tecnologia, controle e vigilância, e hoje o MS dispõe de um sistema elogiado por especialistas e reconhecido por instituições internacionais, como a Organização Mundial para Sanidade Animal – OIE. Este processo de adequação e implantação de novas tecnologias de controle, no entanto, implica uma série de custos operacionais para os produtores e pecuaristas, que ainda não recebem nenhum valor adicional, ou prêmio de mercado, pelo cumprimento rigoroso das políticas sanitárias.

Proposta: criação de projeto de certificação para valorização da carne produzida na região de fronteira do MS (Paraguai e Bolívia), por meio de selos ou distinções que mostrem ao consumidor a origem, a segurança e a qualidade do produto. Além disso, intensificar a implementação de ações sanitárias (animal e vegetal) com reflexos na produtividade agropecuária (agrotóxicos, inspeção de sementes, calcário, educação sanitária, etc.).

Fortalecimento do Serviço Sanitário Animal e Vegetal

Situação atual: embora muito tenha sido investido na IAGRO, na infraestrutura de apoio, na contratação de novos profissionais e em investimentos em tecnologia e rastreabilidade animal, é fundamental continuar a política de aprimoramento do serviço sanitário, preservando a segurança alimentar da população e os bons resultados econômicos do agronegócio e da agricultura familiar.

Proposta: aumentar o número de fiscais agropecuários e equipe administrativa para a Defesa Sanitária Animal e Vegetal, garantindo no mínimo um médico-veterinário e um engenheiro-agrônomo, 365 dias por ano, em cada município do Estado. Além disso, aumentar o número de postos de fiscalização fixos e volantes, para garantir o controle de trânsito agropecuários nas principais vias de acesso aos Estados e países vizinhos, bem como nas principais rotas internas de trânsito.

Programa Peixe Vida

Situação atual: a atividade de Piscicultura em MS existe há pouco tempo, porém o seu desenvolvimento já é visível. A cada ano o setor vem se aprimorando, permitindo mais investimentos em todas as regiões do Estado, em especial com a implantação de tanques escavados para criação de peixes nativos. O Estado possui rica biodiversidade, grande variedade de recursos, espécies e condições favoráveis para a produção e comercialização do pescado, sendo imprescindível o aproveitamento de tais vantagens de forma correta, sustentável e, sobretudo, respeitando o meio ambiente.

Proposta: o programa Peixe Vida tem como objetivo oferecer suporte financeiro aos piscicultores do Estado, criando um fundo de apoio para investimento exclusivo para este segmento. O programa contempla, ainda, a assistência técnica e capacitação dos piscicultores, o estímulo a projetos e pesquisas, a formalização dos produtores, bem como o licenciamento ambiental simplificado para que os piscicultores possam desenvolver sua atividade de forma sustentável.

Melhores benefícios do País

Oferecer os melhores benefícios do País para promover a industrialização de todos os municípios, tendo como base as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

Arranjos produtivos locais

Aperfeiçoar e ampliar o Programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs), fortalecendo os Arranjos existentes e estimulando a criação de outros, de acordo com as vocações e potencialidades locais e regionais, integrando os empreendedores locais com as grandes cadeias produtivas.

O território de Mato Grosso do Sul sedia dois santuários ecológicos únicos no mundo: o O Pantanal Sul-mato-grossense, considerado pela Unesco Patrimônio da Humanidade, e Bonito, município que foi eleito o melhor destino de turismo responsável do mundo, ganhando em 2013 o prêmio World Responsible Tourism Awards, entregue em Londres.

Bonito foi escolhido pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (The International Ecotourism Society - TIES), entidade de credibilidade internacional no segmento ambiental, para sediar a Conferência Internacional de Ecoturismo e Turismo Sustentável-ESTC 2014, realizada em abril deste ano.

A atividade turística, como fonte de renda e divulgação do Estado, está em alta. Investimentos feitos em Bonito e no saneamento de Corumbá, ajudaram o Mato Grosso do Sul a conquistar esse status.

A meta, agora, é aproveitar o sucesso destes dois santuários naturais e ampliar o turismo como negócio para todas as demais regiões turísticas do Estado, agregando valor e gerando renda também em outros municípios.

PROPOSTAS:

- Incrementar ações no setor do turismo visando consolidá-lo como atividade economicamente rentável e ferramenta para melhorar a qualidade de vida da população.
- Ampliar e modernizar a gestão pública do turismo em Mato Grosso do Sul, bem como da infraestrutura física e de equipamentos e capacitar os recursos humanos atuantes no turismo no Mato Grosso do Sul.
- Incrementar o aporte de recursos financeiros ao fundo estadual de turismo.
- Ampliar as parcerias estratégicas com as entidades de classe e instituições do turismo e afins com vistas ao atendimento das demandas do segmento e melhorando a eficiência e a eficácia das ações governamentais.
- Elevar a qualidade dos produtos, equipamentos e serviços turísticos de Mato Grosso do Sul.
- Melhorar a logística de acesso aéreo e rodoviário aos destinos turísticos do estado; Adequação da infraestrutura aeroportuária com incentivos às companhias aéreas; Modernização dos terminais de embarque rodoviários.
- Formalizar a classificação dos municípios para que seja a principal ferramenta de desenvolvimento e aporte de investimentos do estado em obras e infraestrutura de turismo nos municípios.

- Implementar a sinalização turística trilingue nas rotas turísticas e nos portões de entrada de mato grosso do sul; Implantação de pórticos e receptivos com centro de comercialização e informações turísticas nos portões de entrada de mato grosso do sul;
- Estruturar e fomentar a visitação turística nas unidades de conservação estaduais e nacionais (Parque da Serra da Bodoquena, Parques Estaduais do Prosa, Segredo, das Varzeas do rio ivinhema, taquari, entre outros), Geopark e estradas parque (Pantanal e Piraputanga).
- Fortalecimento dos produtos âncora do turismo de Mato Grosso do Sul: Bonito e Pantanal sul-mato-grossense.
- Desenvolvimento de novas rotas e destinos turísticos de Mato Grosso do Sul.
- Ampliar e modernizar a estratégia de marketing do produto turístico com a definição de ações e mercados consumidores, nacionais e internacionais, para Mato Grosso do Sul.
- Elaboração do plano de marketing e comercialização do turismo de Mato Grosso do Sul, a fim de atender os desafios acima propostos e a elaboração de uma política exclusiva para o período de baixa temporada. Elaboração e divulgação física e eletrônica do calendário oficial de eventos de Mato Grosso do Sul.
- Fortalecer o segmento de turismo de eventos e negócios por meio da parceria com os Convention Bureau do Estado.
- Estruturar novos segmentos para diversificação da matriz turística do Estado como, turismo cultural e histórico, observação de aves, agrotecnológico, pesca, náutico, dentre outros.
- Criação de um banco de dados eficiente e atualizado do turismo de Mato Grosso do Sul, bem como, a realização de pesquisas periódicas com intuito de gerar indicadores econômicos e sociais para o segmento;
- Atualizar implementar o plano de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul - PDTUR, como banco de dados e apoio ao planejamento estratégico.
- Realizar pesquisas periódicas, qualitativas e quantitativas para o turismo do Estado.

MEDIDAS TRIBUTÁRIAS

Mato Grosso do Sul tem crescido economicamente na última década graças aos incentivos fiscais que atraíram novos modelos de negócios para o território estadual, especificamente na área de produção sucroalcooleira, de celulose e processamento de grãos e carne.

O aumento da industrialização gera mais renda e empregos dentro do Estado e diminui os impactos gerados pelo não-cumprimento dos termos da Lei Kandir que previa a compensação pela União aos Estados exportadores de produtos in natura. Esse cenário hoje permite avanços na questão fiscal e tributária, gerando maiores benefícios para os empreendedores locais da indústria e do comércio.

Incentivos diferenciados por município do interior

Situação atual: O art. 12 do Decreto 13.606/13 estabelece a possibilidade de aumento na desoneração do ICMS para incentivar a interiorização dos investimentos industriais. Ou seja, além dos atuais 67% de desconto no saldo devedor do ICMS, a legislação faculta o executor da política aumentar o incentivo nos casos em que os investimentos se destinam a municípios ou regiões de menor desenvolvimento relativo.

Proposta: regulamentar o art. 12 do Decreto 13.606/13, selecionando as cidades do interior de MS nas quais os investimentos incentivados teriam benefícios maiores do que os concedidos regularmente.

Extinção gradual da equivalência na exportação de soja e milho

Situação atual: A Lei Kandir (LC 89/1996), que disciplinou este tratamento, trouxe para os Estados produtores e exportadores - tal como o MS - um grave problema fiscal e arrecadatório, já eles não puderam mais cobrar os tributos incidentes sobre tais operações. A União pactuou com os Estados perdedores de arrecadação o repasse compensatório de recursos, mas as autoridades federais tem descumprido de forma sistemática esta compensação, com perdas para o erário de MS da ordem de R\$ 700 milhões por ano.

Proposta: estabelecer, de forma gradativa, o fim da política de equivalência de 50% para a exportação da soja e do milho in natura, por meio de um cronograma de reduções anuais deste percentual até a sua completa extinção.

Ampliação da faixa de enquadramento no Simples Nacional

Situação atual: o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) estabelece o limite de até R\$ 3,6 milhões de faturamento por ano, facultando aos Estados adotarem patamares inferiores.

Proposta: ampliar a faixa de enquadramento do Simples no Estado de MS saindo dos atuais R\$ 1,8 milhão para o teto que é de R\$ 3,6 milhões.

Reforma do “ICMS Garantido”

Situação atual: nas operações de compra para revenda, no mercado interno, de mercadorias oriundas de outros Estados da Federação, aplica-se uma alíquota de ICMS de 11,62% sobre uma margem de agregação de 30%.

Proposta: Criar a Câmara de Transparência Tributária composta por representantes dos setores industriais, de serviços, do agronegócio e do comércio.





MEIO AMBIENTE

Ao longo da atual gestão, teve início um amplo processo de reestruturação e modernização do setor público ambiental, caracterizado em especial pela realização de dois grandes projetos:

O Sistema Integrado de Gestão Ambiental de Mato Grosso do Sul (SIGA/MS), contratado junto ao BNDES, como parte do Programa de Modernização da Administração Estadual Ambiental (PMAE). Por este intermédio o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) foi contemplado com melhorias diversas, como por exemplo:

- a) A reforma e ampliação de sua sede em Campo Grande e de seus Escritórios Regionais em Aquidauana e Bonito.
- b) Renovação de sua frota de veículos, de mobiliários e de equipamentos.
- c) Revisão normativa.
- d) Desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão.
- e) Capacitação do quadro de servidores.
- f) Revisão e unificação do arcabouço jurídico ambiental do Estado.
- g) Análise de fluxo de processos e proposição de rotinas otimizadas.

Tais melhorias já repercutiram positivamente na qualidade da prestação de serviços em setores como o licenciamento ambiental e a gestão de recursos hídricos e de áreas protegidas.

O Sistema de Informações Geográficas de Mato Grosso do Sul (SIG/MS), contratado junto ao Banco Mundial (BIRD) contemplando, sob a coordenação da AGRAER, IMASUL e AGESUL, a unificação e integração da base de dados geoespaciais do Estado, em especial por intermédio da compra de softwares, equipamentos e capacitação de servidores.

A criação do Plano de Cargos e de Carreiras do IMASUL, dentre outras, junto com os dois projetos citados retratam a consideração e a importância que o Governo Estadual conferiu nestes dois últimos mandatos à gestão ambiental como um dos pilares do desenvolvimento sustentável almejado para o Mato Grosso do Sul.



PROPOSTAS:

- Instituir um centro global de educação ambiental, pesquisa científica, divulgação e conhecimento da biodiversidade do Pantanal (Patrimônio da Humanidade) atraindo turistas e estudantes do mundo todo para o Estado.
- Desburocratizar, informatizar e baixar os custos do licenciamento ambiental;
- Adequar e capacitar o quadro de servidores do Instituto;
- Redimensionar e estruturar os escritórios regionais do IMASUL para a descentralização de seu funcionamento, facilitando o atendimento da população no interior do Estado;
- Manter permanente processo de revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos da gestão ambiental, informatizando-os ao máximo para conferir ganho de tempo na prestação de serviços com eficiência e redução de custos, especialmente no licenciamento ambiental;
- Estruturar os parques Estaduais demais Unidades de Conservação da natureza para cumprirem seu papel quanto ao uso público e desenvolvimento de estudos e pesquisas, além de se constituírem em importantes produtos para o turismo científico e ecológico.
- Desenvolver e consolidar sistema de monitoramento remoto da dinâmica das intervenções e alterações realizadas no território estadual.
- Apoiar e fortalecer as instâncias de participação social na gestão ambiental estadual.
- Apoiar os projetos de políticas públicas interrelacionados com a agenda ambiental.
- Priorizar os apoios ambiental aos municípios em empreendimentos públicos e privados que melhorem as condições econômicas, sociais e de desenvolvimento local.
- Recuperação ambiental da Bacia do Rio Taquari, no planalto da Bacia do Alto Paraguai e na Planície Pantaneira.
- Implantação do Programa Córregos Vivos das Cidades, para monitorar a qualidade das águas dos rios e córregos que cortam as cidades de Mato Grosso do Sul.



HABITAÇÃO

O Plano Estadual de Habitação, elaborado a partir de conferências nos municípios consolida o desejo do povo e a necessidade de planejar os investimentos e elaborar projetos no setor habitacional. Esse plano detecta um déficit de 242 mil moradias até o ano de 2023 e mapeia inclusive onde essas pessoas vivem. De 2007 até o final de 2014, o número de casas construídas passará a casa das 60 mil unidades e dessa forma serão implementadas nos anos subsequentes no mínimo 15 mil unidades habitacionais por ano, chegando em 2118 com o compromisso de rever o Planejamento conforme preconiza o próprio Plano estadual de Habitação. Na Política Nacional de Habitação estabeleceu-se condições mínimas para o enfrentamento do déficit habitacional sendo a principal delas o fato de haver ações integradas e articuladas nos três níveis de governo, com a participação dos conselhos das cidades e Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, garantindo assim que cada município tenha voz nos seus desejos. É desejo do Estado que muitos municípios participem com sua adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e para isso pretende ser o facilitador para que cada município crie o fundo, conselho gestor junto às Câmara Municipais, além de outros requisitos. É necessário também a articulação para que algumas regras impostas a municípios menores sejam revistos na esfera Federal e vamos lutar por essas mudanças. Assim, pretendemos aumentar a adesão ao SNHIS pois em 2010 a Secretaria Nacional de Habitação divulgou que 46% dos municípios do MS não aderiram. Entendemos que se o Município vai BEM, o Estado vai BEM.

PROPOSTAS:

- Através do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, em parceria com os Executivos Municipais, regularizar ou relocar as famílias situadas em área de risco e áreas de preservação permanente, promovendo melhorias construtivas e construindo 4.000 unidades habitacionais em todos os municípios do Estado onde se registrem essa situação:
- Reduzir o déficit quantitativo habitacional do Estado, com a produção de 40.000 moradias para o atendimento do déficit acumulado e para o atendimento da demanda futura resultante do crescimento demográfico;
- Fomento à assistência técnica e qualificação de mão de obra para construção no sistema de mutirão, através do Programa Promoção Habitacional de Entidades Associativas e da Iniciativa Privada (Produção de Unidades Habitacionais Urbanas por Entidades Associativas, que poderão ser por autoconstrução assistida e Produção de Unidades Habitacionais Urbanas pela Iniciativa Privada). META EM 4 ANOS: 20.000 unidades.
- Implantar programas especiais para atender aos idosos, policiais em trânsito e recém-casados.



Segundo a ONU, em 2050, mais de 70% da população mundial viverá em cidades. No Brasil, segundo o IBGE e conforme o Censo 2010, 84% da população brasileira já moram em nossas cidades. No Estado de Mato Grosso do Sul, segundo o mesmo Censo, 2.097.238 milhões de pessoas habitam nossas cidades, correspondendo a 85,6% da população do Estado. Essa situação impõe desafios complexos para a gestão e o planejamento urbanos a tal ponto que a política urbana está contemplada na Constituição Brasileira de 1988 e, em 2001, foi promulgado o Estatuto da Cidade, estabelecendo normas gerais para gestão de nossas cidades, em termos de planejamento urbano, sistema viário, infraestrutura, uso e ocupação do solo urbano, entre outros.

No Mato Grosso do Sul, o apoio ao desenvolvimento urbano se dá através da Secretaria de Estado de Habitação e Cidades e do Conselho Estadual das Cidades, que promovem discussões e encaminham as políticas setoriais afins – habitação, saneamento, mobilidade urbana e planejamento urbano. Na gestão do Governador André Puccinelli, o Estado deu apoio à elaboração dos Planos Diretores Participativos, inclusive em municípios com menos de 20 mil habitantes, e atualmente todos os municípios de Mato Grosso do Sul já contam com esse importante instrumento e com o Conselho da Cidade, previstos no Estatuto da Cidade.

PROPOSTAS:

- Apoio à elaboração e revisão dos Planos Diretores Participativos
- Apoio a Implementação de obras e projetos dos Planos Diretores Participativos
- Fortalecimento dos conselhos estaduais (CEC/MS e CONGFEHIS) de implementação da política Urbana no Mato Grosso do Sul;
- Estímulo a criação e implementação dos Conselhos Municipais das Cidades e capacitação dos conselheiros;
- Implantar, em conjunto com os municípios e a iniciativa privada, o Programa Cidades Verdes, para recuperação, adequação e ampliação da arborização urbana em todos os municípios de Mato Grosso do Sul.
- Implantar, em conjunto com os municípios, o Programa Memórias Urbanas, visando resgatar os pontos históricos referenciais das cidades, mediante levantamento arquitetônico e urbanístico e viabilizando sua recuperação, reciclagem e revitalização com os usos mais adequados à população e a geração de renda local.
- Implantar, em conjunto com os municípios e entidades e empresas locais o Programa Viva a Sua Cidade, para qualificar espaços públicos urbanos destinados a serem locais de passeio, eventos culturais, feiras, eventos cívicos e outros, para apropriação da cidade pelos cidadãos.



INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E OBRAS PÚBLICAS ESTATÉGICAS

Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste, tem uma superfície de 357.124,96 Km² encontra-se numa posição privilegiada, em função da proximidade dos grandes centros consumidores e distribuidores do País, onde se destacam as regiões Sul e Sudeste. A localização geográfica aliada à infraestrutura econômica existente permite ao Estado exercer o papel de centro redistribuidor de insumos e produtos, oriundos dos grandes centros de produção para a região Centro-Oeste e Norte do Brasil. Limitando-se a Leste com os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, Mato Grosso do Sul apresenta um enorme potencial no que se refere ao aproveitamento hidroviário na Bacia do Paraná e do Paraguai. Ao Norte, limita-se com os Estados de Mato Grosso e Goiás, possibilitando através da BR-163 a saída para Cuiabá, Goiânia, Brasília, Porto Velho, Rio Branco e Manaus.

Mato Grosso do Sul tem muita área (tamanho da Alemanha) e pouca gente - 2,8 milhões de habitantes. A maior parte de nossa produção precisa viajar cerca de mil quilômetros até os portos de exportação ou até os centros de consumidores. Isso significa que o Estado é extremamente dependente da logística para viabilizar negócios e tornar a produção mais competitiva.

A ocupação territorial do Estado proporciona grandes vazios que, à exceção do Pantanal, representam vastas extensões com baixa produtividade, que precisam de investimentos em infraestrutura para sua incorporação ao sistema produtivo da economia do Estado.

O Governo do Estado, por meio dos programas MS Forte 1 e 2, realizou um esforço extraordinário de investimento na construção de novas rodovias para interligar cidades, localidades e regiões outrora isoladas em MS. Além disso, aportou investimentos na recuperação e recapeamento das rodovias existentes e na criação de acessos e contornos urbanos para facilitar o transporte de pessoas e a logística de mercadorias.

Ao todo, foram 3.600 quilômetros de rodovias, sendo 2.000 quilômetros de asfalto novo. No entanto, muito ainda precisa ser realizado para dotar o MS de uma infraestrutura moderna e que atenda às necessidades das pessoas e das empresas.

PROPOSTAS:

- Implantar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, em conformidade com a legislação estadual já aprovada, para viabilização da expansão de infraestrutura e qualificação das redes de prestação de serviços públicos estaduais.

- Viabilizar o pleno uso sustentável da hidrovía Paraguai-Paraná e revitalização dos portos fluviais para escoamento da produção do Estado.
- Implantar obras para qualificação e expansão dos sistemas de abastecimento de água tratada e tratamento de esgoto visando manter a universalização do abastecimento de água, universalizando o atendimento da população sul-mato-grossense.
- Substituir ao longo de quatro anos as pontes de madeira por pontes de concreto com capacidade mínima de 30 toneladas. Iniciar a substituição nas principais vias de escoamento de produção agropecuária, segundo prioridades estabelecidas em conjunto com os municípios e produtores.
- Viabilizar, em parceria com os municípios, a construção, reforma e ampliação dos terminais rodoviários de passageiros das cidades, para dar conforto e confiabilidade à prestação desses serviços e possibilitar o desenvolvimento da atividade turística em todas as modalidades.
- Viabilizar, em parceria com os municípios, a construção de ciclovias e ciclofaixas e a instalação de sinalização adequada de segurança e de educação para o uso de bicicletas como meio de transporte e de lazer.
- Dar continuidade ao programa de recuperação e manutenção de rodovias.
- Pavimentar 3.000 km de rodovias, melhorando ainda mais as condições das principais vias de escoamento da produção do Estado, começando pelos seguintes trechos rodoviários: 1.045 quilômetros que integram regiões produtoras a eixos de escoamento e levam condições de desenvolvimento para áreas de baixa produtividade.
 - 1 - Figueirão a Costa Rica - 60 km.
 - 2 - Paraíso das Águas a Costa Rica - 60 km.
 - 3 - Aparecida do Taboado a Inocência - 95 km.
 - 4 - Água Clara a MS 060 (Paraíso das Águas) - 175 km.
 - 5 - Camapuã a BR 262 (Ribas do Rio Pardo) - 112 km.
 - 6 - Bandeirantes a Ribas do Rio Pardo - 90 km.
 - 7 - Anhandui a Ribas do Rio Pardo - 83 km.
 - 8 - Zuzu a Ribeirão Claro - 72 km.
 - 9 - Bolicho Seco - Capão Seco - Anhanduí - 47 km.
 - 10 - Posto Polaco a Pedra (região de Nioaque/Maracaju) - 42 km.
 - 11 - Pedra a Água Fria (Maracaju) - 53 km.
 - 12 - Lagura Carapã a Posto Taji - 34 km.
 - 13 - Eldorado a Porto Morumbi - 23 km.
 - 14 - Santa Rita do Pardo a Brasilândia - 77 km.
 - 15 - Palmeiras a Paxixi - 22 km.

- Viabilizar a remodelagem da malha da América Latina Logística (ALL) entre Corumbá (MS) e Santos (SP), de forma a ampliar a capacidade e o aumento da velocidade para o escoamento de minério.
- Realizar estudos para a dragagem e sinalização da hidrovía entre Cáceres (MT) e Porto Murtinho (MS);
- Realizar estudos para dragagem no trecho entre o Passo do Jacaré e o Porto Esperança.
- Realizar estudos para dragagem e o balizamento entre o Rio Apa e Santa Fé.
- Viabilizar a utilização dos portos estaduais de Porto Murtinho e Bataguassu.
- Melhorar a infraestrutura de estradas vicinais e rodovias estaduais, para permitir o tráfego de caminhões que escoam a produção e melhorar a fiscalização.
- Criar pontos de descanso com segurança e infraestrutura para caminhões a cada 200 km em rodovias estaduais.
- Construção de terminais de grãos em Dourados e Maracaju para ampliar a capacidade de transbordo de granel sólido vegetal.
- Construção da Ferrovia EF-484, entre Maracaju (MS) e Dourados (MS), para promover a integração da Ferrovia Norte Sul (FNS) com Dourados.
- Construção da Ferrovia EF-484 entre Dourados e Cascavel (PR) para promover a integração da Ferroeste com Dourados.
- Concluir a pavimentação da Rodovia Sul-Fronteira que começa em Sanga Puitã (Ponta Porã) e vai até Mundo Novo, passando por Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo.
- Implantar aeroportos homologados, com pista pavimentada, receptivo e equipamentos de segurança de vôo nos municípios considerados polos regionais ou de expressiva movimentação econômica.



MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Estado de Mato Grosso do Sul tem apresentado significativos avanços na esfera da Gestão Pública. No âmbito da modernização do setor público, a sociedade vem exigindo, cada vez mais, rigor, transparência, eficiência e o desenvolvimento de ações de políticas públicas, que possibilitem a produção de bens públicos. Assim, o resultado se transforma em um instrumento-chave para a melhoria da qualidade e modernização da administração pública.

A modernização da administração pública é um processo contínuo. A estrutura governamental precisa implementar novos modelos gerenciais para que possa atender de modo mais eficiente e eficaz às demandas sociais. Parcerias com a iniciativa privada e com organizações não governamentais, mecanismos de consulta ao cidadão para que haja maior participação popular na formulação de políticas públicas, inovações tecnológicas, revisão de estruturas e o desenvolvimento da gestão de pessoas são ações fundamentais para estabelecer uma máquina pública que cumpra suas funções.

O enfoque está centrado nos impactos do processo de modernização tecnológica como suporte à execução das tarefas, ao planejamento e à implementação do sistema de gestão para resultados, gerando reflexos, principalmente, na melhoria do desempenho da Administração e na prestação de serviços ao cidadão e ao contribuinte.

O processo de modernização da administração pública requer uma abordagem em três grandes linhas de ação: levantamento e diagnóstico da situação organizacional; elaboração de subprojetos para o novo modelo de gestão, modernização do ambiente tecnológico e adaptação da infraestrutura; e capacitação de todo o quadro de pessoal.

A profissionalização dos servidores públicos para que se adequem à realidade econômica, social e administrativa, cada vez mais movimentada e diversificada, é fundamental. Assim, a implementação do sistema de carreiras, a continuidade da realização de concursos públicos como forma de seleção de pessoal, avaliações de desempenhos eficazes, a promoção de ações que incentivem o empreendedorismo e a liderança como a ampliação dos concursos que premiam e divulgam ações bem-sucedidas realizadas por órgãos públicos são fundamentais para qualificar os serviços públicos.

Verifica-se ainda a necessidade de promover a implementação de políticas de gestão de recursos humanos, envolvendo a autoestima, o comprometimento com o trabalho e a valorização do servidor. Quando se envolve os indivíduos no processo de planejamento e de mudanças, diminui-se a resistência e eleva-se o quantitativo de contribuições significativas, o comprometimento com o trabalho e, conseqüentemente, a qualidade da decisão das

ações que asseguram a otimização do uso dos recursos e da produção dos bens públicos.

O aperfeiçoamento da formação do funcionalismo público estadual tem como um dos pontos de sustentação a implementação das ações da Escola de Governo, tornando-a o centro estadual de capacitação do servidor público, unindo as escolas ou centro de capacitação já existentes e criando a rede estadual, para oferecer suporte aos municípios com estrutura de laboratórios e salas de aula, com cursos técnicos, de graduação e pós-graduação voltados para a gestão pública.

A modernização da gestão pública, a busca da eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos dependem fundamentalmente da utilização das ferramentas da informática e da tecnologia da informação e o imenso potencial da internet. Em Mato Grosso do Sul, em todos os setores do governo, com diferentes estágios de evolução, a apropriação dessas novas tecnologias já está acontecendo. A utilização da internet e do ambiente web, praticamente está disponível em todas as repartições públicas, seja para pesquisa, seja para comunicação, seja para prestação de serviços. Bancos de dados multifinalitários e sistemas de informações geo-referenciados, paulatinamente vão se tornando ferramentas cotidianas nos processos e projetos dos órgãos do Governo Estadual.

E os programas de gestão informatizados são, há muito tempo, indispensáveis para todas as tarefas da administração pública - folha de pagamento, elaboração de projetos, agendamento de consultas, planejamento escolar, matrículas em escolas, dentre todos os outros. O Governo Digital já está se instalando no governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

É um processo permanente, que exige investimentos em recursos (financeiros, humanos, administrativos) e equipamentos além da tecnologia adequados e que depende, para seu sucesso, de uma grande mudança na própria cultura administrativa instalada há décadas.

PROPOSTAS

- Modernização da estrutura organizacional do Governo Estadual, criando ou adequando secretarias e órgãos na administração indireta estadual para cumprimento de suas funções e atribuições, em conformidade com esse Programa de Governo, no contexto dessa cultura de eficiência, gestão por resultados, monitoramento e avaliação visando maximizar o uso de seus recursos e racionalizar os custos de seu funcionamento. Tudo isso visando um único e grande objetivo: atender melhor, com mais eficácia e rapidez, as demandas da população, desburocratizando e simplificando procedimentos que agilizem os negócios e os serviços.

- Modernização tecnológica e estrutural da gestão pública e a valorização dos talentos e competências dos servidores públicos estaduais;
- Ampliação da área de atuação da Escola de Governo tornando-a o centro estadual de capacitação do servidor público, unindo as escolas de capacitação já existentes e criando a Rede Estadual de Escolas de Governo, com atuação em todas as nove regiões do Estado, para oferecer suporte também aos municípios com estrutura de laboratórios e salas de aula, com cursos técnicos, de graduação e pós-graduação voltados para a gestão pública do Estado e dos municípios.
- Implementação de políticas de gestão de recursos humanos com desenvolvimento e uniformização de métodos e procedimentos no gerenciamento das ações administrativas.
- Valorizar o servidor, criando e implantando os planos de cargos, carreiras e salários que ainda não existam, promover programas de capacitação e especialização permanentes.
- Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Inovação, composto por representantes de todas as secretarias, órgãos e autarquias do município. O comitê é responsável por propostas sobre políticas, normas e diretrizes com a finalidade de assegurar a realização de ações ligadas à tecnologia da informação e de inovação.
O comitê responde pelo acompanhamento periódico das diretrizes governamentais, das estratégias e dos objetivos definidos na Política de Tecnologia da Informação e Inovação. É responsabilidade do comitê propor ao Instituto Estadual de TI as estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização dos investimentos em tecnologia da informação e de mecanismos para implementação de prioridades em demandas de informática.
- Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos: sistema de uso interno, responsável pelo armazenamento do histórico da vida funcional e gerenciamento de todos servidores do Governo do Estado de MS. O sistema é destinado a automatizar as atividades de gerenciamento de Recursos Humanos, inclusive as voltadas ao processamento de folhas de pagamento. Contém, de forma parametrizada, a legislação inerente aos regimes de trabalho de funcionários de empresas e instituições públicas. Gera automaticamente a folha, calcula benefícios e tempo de serviço de cada funcionário, diminuindo assim a mão de obra necessária para informar e calcular os valores que são pagos na folha.
- Imprimir eficácia ao serviço público, promovendo avaliações que incluam a opinião dos usuários desses serviços e valorizando e recompensando aqueles servidores que se mostrem produtivos e eficientes.

- Instalação de ouvidorias independentes em todos os setores do Governo Estadual.
- Desenvolver programas de inclusão digital - A população sul-mato-grossense, de modo geral, precisa de ações que possibilitem seu acesso às tecnologias que a informática e a internet produziram para seu próprio uso - estudo, trabalho, lazer. E precisa também, ser capacitada para uso dessas ferramentas para ter acesso aos serviços públicos estaduais, às repartições públicas, aos planos e programas e projetos do governo.
- Cidades Digitais - o Governo Estadual irá apoiar iniciativas municipais em direção à informatização, compatíveis com as ações de governo, resultando em um sistema integrado que irá beneficiar toda a população.
- Incrementar as ações visando levar o processo de informatização, de uso da tecnologia da informatização e utilização da internet a todos os setores do Governo Estadual e a todas as unidades regionais de funcionamento.

MS TRANSPARENTE

Desde meados de 2005, a transparência das contas públicas e sua imediata disponibilização na internet para acesso e controle social são uma realidade crescente no país. A transparência dos gastos públicos visa incentivar o controle social, reforçando o rigor de que as práticas da administração pública sejam realizadas de forma legal e ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir não só o uso correto dos recursos públicos, mas a sua aplicação nas verdadeiras prioridades.

Na Prefeitura de Campo Grande, o prefeito Nelsinho Trad implantou o orçamento comunitário, composto por integrantes dos Conselhos Regionais, eleitos pela população de cada região urbana de Campo Grande, os quais foram devidamente capacitados.

PROPOSTAS:

- Ampliar ainda mais as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos impostos, facilitando o acesso ao Portal da Transparência do governo estadual, que será disponibilizado nas páginas das Prefeituras e Câmaras Municipais, através de links, bem como de todas as demais instituições interessadas em facilitar o acesso à informação;
- Simplificar a forma de apresentação das páginas de Transparência Pública, visando tornar mais acessíveis os dados referentes às despesas realizadas pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, tais como informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens.

- Atualizar diariamente as informações apresentadas, mantendo os dados sempre atualizados sobre a execução orçamentária, licitações, convênios e prestação de contas, contratos, despesas com diárias e passagens, dentre outros.
- Utilizar todas as contas públicas, como o IPVA e a conta de água, como veículos de incentivo ao acesso às páginas de transparência, estabelecendo uma relação de seriedade com os cidadãos contribuintes;
- Instituir a Ouvidoria Pública Estadual, com titular eleito com a participação dos segmentos organizados da sociedade, dotando-a de instrumentos para receber todo o tipo de denúncias e reclamações, bem como aparelhá-la para fazer averiguações internas que contribuam para combater e a prevenir todas as formas de corrupção no serviço público estadual;
- Criar Auditorias Internas nas Secretarias e demais órgãos públicos ordenadores de despesas, de forma a contribuir para maior seriedade dos controles internos, sobretudo no exame das operações contábeis e financeiras e dos atos administrativos em geral, com o objetivo de oferecer, aos dirigentes dos órgãos conhecimento seguro sobre o nível de regularidade e eficiência dos procedimentos e orientação para a correção de eventuais distorções e desenvolvimento da eficácia de gestão.
- Mais do que institucional, o papel das Auditorias será operacional contribuindo para avaliar a confiabilidade dos controles internos e o fluxo de informações, para verificar o comportamento da organização e os resultados alcançados.
- As Auditorias vão medir o Resultado Social verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo atingidos, gerando retorno do investimento sob a forma de melhoria das condições de vida.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) é estratégica para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. A Superintendência de Ciência e Tecnologia (SUCITEC), subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, é responsável por promover, orientar, coordenar e supervisionar a política de desenvolvimento de C,T&I, visando a integração do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com o Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação.

A SUCITEC também é responsável por manter intercâmbio para a criação e divulgação de conhecimentos com órgãos públicos e entidades governamentais ou particulares, nacionais ou estrangeiras, que atuem no segmento de desenvolvimento científico, tecnológico e inovador, articulando com os Sistemas Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação para incentivar a formação, o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos nas áreas de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia.

A educação, ciência, tecnologia e inovação são instrumentos centrais para um projeto de desenvolvimento capaz de combinar crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade. No Mato Grosso do Sul, a pesquisa conta com um Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação formado por instituições de Ensino Superior (UEMS, UFMS, UFGD, UCDB, UNIDERP/Anhanguera, UNIGRAN e outras) e os Institutos de Pesquisa (FIOCRUZ, EMBRAPA - Gado de Corte, Pantanal e Agropecuária Oeste) comprometidos com a temática que disponibilizam ao Estado recursos humanos altamente qualificados e infraestrutura em diversas áreas do conhecimento.

O Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação é importante, mas ainda incipiente considerando o alto volume de recursos necessários para o desenvolvimento de pesquisas e à transferência das inovações, necessárias para consolidação, expansão e melhoria da qualidade da pesquisa científica e tecnológica.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), ligada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) articula as áreas prioritárias de C,T&I aos temas estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado, por meio de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica executados por pesquisadores vinculados a instituições de Ensino e Pesquisa, públicas ou privadas, do Estado.

A principal fonte de receita da FUNDECT é oriunda da Receita Tributária do Estado, em parcelas mensais, totalizando no mínimo 0,5%.

A Fundação também pode receber contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, nacionais e internacionais, além de receitas advindas de convênios, acordos e ajustes.

Por ser um Estado com vocação ao agronegócio, há uma maior demanda por pesquisa na área de Ciências Agrárias e Ciências da Terra (57%). Por outro lado, há a necessidade de estimular pesquisas em áreas estratégicas como Biotecnologia e Bioenergia que, a médio e a longo prazos, possuem potencial econômico. Por meio da bioprospecção de produtos da fauna e flora dos Biomas do Cerrado e do Pantanal, pesquisadores têm buscado medicamentos e vacinas, dentre outros produtos com foco na cura e na prevenção de doenças.

A inovação tecnológica nas empresas esbarra em dificuldades importantes no Estado, que envolvem a dificuldade das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTIs) em transformar conhecimentos em inovações, devido ao baixo nível de investimento das empresas em C,T&I. Neste sentido, iniciativas importantes têm sido tomadas pelas ICTIs, governo, instituições de apoio e empresas no sentido de internalizar a cultura da inovação e criar mecanismos mais dinâmicos para a geração e viabilização das inovações nas empresas.

UEMS - A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados, oferece 54 cursos de graduação presencial em suas 15 Unidades Universitárias localizadas em: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã.

Além dos cursos presenciais, a UEMS possui polos em Água Clara, Camapuã e Miranda com cursos de graduação na modalidade à distância, e planeja ampliar essa atividade em mais 7 polos. Ressalta-se que a UEMS faz parte do Sistema Universidade Aberta do Brasil, podendo ofertar cursos em qualquer polo que pertença à Universidade Aberta do Brasil (UAB), desde que possua status de “apto”, que são hoje 769 polos cadastrados em todo o país. A pós-graduação na UEMS conta com 11 (onze) cursos de mestrado e 1 (um) de doutorado.

Com forte vocação para a interiorização da educação superior e o desenvolvimento regional, a UEMS tem desenvolvido importante papel na promoção da inclusão social, uma vez que 89,15% dos profissionais formados permanecem onde concluíram sua graduação, contribuindo para o desenvolvimento local, sendo que 70,1% dos acadêmicos são de Mato Grosso do Sul.

PROPOSTAS:

- Assegurar autonomia financeira e administrativa da UEMS, estabelecendo o percentual orçamentário em Lei, de modo que possa assumir, em parceria com o Governo do Estado e com todos os segmentos da sociedade, a realização de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão em benefício de nossa população.
- Estimular e desenvolver a cultura de C,T&I nas empresas em parceria com o governo aproximando os setores produtivos para alinhamento das empresas sul-mato-grossenses de Tecnologia de Informação (TI); formulação de uma agenda setorial e Fórum de discussão entre governo, empresários e universidades; valorizar a produção das Tecnologias no Estado e priorizar a contratação de empresas da área de tecnologia com sede no Estado de Mato Grosso do Sul.
- **Site Inova MS:** O site tem por desafio contribuir para a articulação do poder público com a comunidade científica e a sociedade civil do estado e nacional. A proposta de reunir em um endereço eletrônico as principais notícias, projetos, instituições públicas, organizações e empresas locais ligadas à inovação, ciência e tecnologia têm caráter sistêmico ao envolver as diversas áreas de atuação dessas com a sociedade.
- **Café Tecnológico:** evento realizado com objetivo principal de reunir empresários, universidades e representantes do poder público que desenvolvem trabalhos na área tecnológica e inovação.
- **Criação do Selo - Tecnologia Produzida em MS:** Visando a valorização do profissional e das empresas sul-matogrossenses, trata-se de um selo que deverá ser apresentado no rodapé dos websites de empresas do estado com um link para um diretório de empresas de tecnologia locais do Site Inova MS. O selo além de identificar que a empresa é sediada no MS, também faz divulgação de outras empresas locais. No médio prazo é possível estender as ações para divulgação de vagas de emprego, assessoria de imprensa, missões técnicas e criação de um prêmio para reconhecer as melhores empresas.
- Continuidade e Fortalecimento dos Programas Estratégicos do Governo do Estado ligados à ciência, tecnologia e inovação tais como Geopark Bodoquena-Pantanal, Biota-MS, Bioenergia, Aquário do Pantanal, Inova-MS, entre outros estabelecidos.



- Fortalecer as Incubadoras de Base Tecnológica do Estado.
- Implantar Parques Tecnológicos em Mato Grosso do Sul que congreguem universidades, empresas e poder público nas áreas prioritárias (Agronegócio, Biodiversidade, Biotecnologia).
- Implantar o Projeto Rotas do Conhecimento e Plataforma da inovação, para dar acesso aos municípios ao conhecimento das iniciativas exitosas e inovadoras nas políticas públicas, no Mato Grosso do Sul, e em nível nacional e internacional





“As diretrizes para o Plano de Governo indicam caminhos, apontam ações e definem compromissos que já assumimos com a comunidade sul-mato-grossense. Esta não é uma proposta pronta, mas a síntese das diversas expectativas da população. A proposta final continua sendo formatada no dia a dia das reuniões, no contato com as lideranças e segmentos organizados. Ouvir mais evita erros e assegura a aplicação correta dos recursos nas verdadeiras prioridades. Foi assim na Prefeitura de Campo Grande e será assim no Governo do Estado. Juntos, estamos construindo o caminho seguro da mudança que fará Mato Grosso do Sul cada vez melhor.”

Nelsinho

